

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E PRÁTICAS SOCIAIS

**LETRAMENTO DE RESISTÊNCIA: O QUE AS PAREDES DAS RUAS DE
ITAPURANGA (GO) TÊM A DIZER?**

SANDRA JARDIM DE MENEZES FERREIRA

Anápolis - GO
2019

SANDRA JARDIM DE MENEZES FERREIRA

**LETRAMENTO DE RESISTÊNCIA: O QUE AS PAREDES DAS RUAS
DE ITAPURANGA (GO) TÊM A DIZER?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias. Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias.

Linha de pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima

Anápolis - GO
2019

**LETRAMENTO DE RESISTÊNCIA: O QUE AS PAREDES DAS RUAS DE
ITAPURANGA (GO) TÊM A DIZER?**

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 10 de dezembro de 2019.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima.

Universidade Estadual de Goiás – UEG - Orientador(a) / Presidente

Prof. Dr. / Profa. Dra. Viviane Pires Viana Silvestre

Universidade Estadual de Goiás – UEG - Membro interno

Prof. Dr. / Prof. Dra. Gláucia Vieira Cândido

Universidade Federal de Goiás – UFG - Membro externo

Anápolis-GO., 10 de dezembro de 2019.

A Deus, que para mim sempre foi um Pai e me fez chegar em lugares nunca antes desejados. Ao meu esposo Danilo que sem sua motivação não teria pesquisa. Aos meus filhos que tiveram que abrir mão de tempo com a sua mãe para que esse trabalho fosse possível.

Agradecimentos

A Deus por ter derramado sua graça sobre mim.

Ao meu esposo Danilo Cardoso e aos meus filhos, Evelyn e Arthur, por terem sido compreensivos e motivadores em todo o processo.

A minha mãe Natália, guerreira, que me ensinou a nunca desistir.

A este programa juntamente com todos os professores que me oportunizaram novas faces de pensamento levando a uma reconstrução de mim.

Aos meus colegas de turma, em especial a amiga Juliane Meotti, que em um dos momentos mais difíceis dessa pesquisa pegou em minha mão e não aceitou que eu desistisse de um sonho que era comum entre nós duas, mas, mais que um sonho, a conquista desse título seria o grito do subalterno que alcançou um lugar que antes não era acessível.

Ao meu orientador Sostenes Cezar de Lima, pelo suporte, correções e direcionamentos.

As minhas professoras e amigas Maria de Lurdes e Fabrícia que não mediram esforços para que eu conseguisse encontrar meu caminho.

E a todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de libertação.

Lélia Gonzalez

É nas trincheiras da arte que se encontram os núcleos de resistência dos mais consequentes ao rolo compressor da subjetividade capitalística, a da unidimensionalidade, do equivaler generalizado, da segregação, da surdez para a verdadeira alteridade.

Felix Guattari

RESUMO

FERREIRA, Sandra Jardim de Menezes. **LETRAMENTO DE RESISTÊNCIA: O QUE AS PAREDES DAS RUAS DE ITAPURANGA (GO) TÊM A DIZER?** 2019. Nº 88 páginas. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO., 2019.

Orientador(a): Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima.

Defesa: 10 de dezembro de 2019.

O objetivo desta pesquisa é analisar as pichações como eventos de letramento, a fim de compreender o que os sujeitos-pichadores buscam expressar nesse contexto específico de cidade do interior, com o intuito de perceber suas realidades sociais e se (não) resistem a duros padrões de exclusão social. Então, por se tratar de uma investigação dos problemas sociais motivadores, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo interpretativista, pois busca ler as pichações, com todos os sentidos que possam estar intrínsecos entre a tinta e o muro. A intersubjetividade é um fator forte nesse processo, pois a compreensão dos significados (CELANI, 2005) nos levará a uma possível jornada de comunicação com os sujeitos pichadores. Foram coletados 22 pichos na cidade de Itapuranga (GO) para análise e identificação do letramento de resistência a partir das pichações. As principais referências que levaram a compreender a forma de captar e ler o objeto de estudo foram Duarte(2002); Souza (2009); Mittmann(2012); Padilla(2013); Sito(2016); Araújo(2017), o que possibilitou uma compreensão metodológica viável para um estudo que busca os discursos e os letramentos a partir de uma narrativa que vai além da escrita hegemônica no Brasil, escrita essa que sai do espaço impresso ou digital. Portanto, o Letramento de resistência pode ser considerado um evento social, no qual os sujeitos se utilizam, neste caso, da escrita através das pichações em Itapuranga (GO) evidenciando os seus contextos, disputas, conflitos em que os registros foram produzidos, evidenciando neste caso essas práticas como eventos de letramento. Dessa forma, a resistência é percebida e articulada através das pichações, produzindo letramentos socialmente situados. Também foi possível identificar letramentos locais da leitura social dos pichos partindo do contexto cultural da cidade pesquisada. A partir da análise ficou evidente que vozes de resistência ecoam em uma cidade do interior de Goiás, elas se localizam, se colocam às vistas da comunidade local, conquistando seu espaço de voz. Portanto, a pesquisa contribui para a reflexão da amplitude significativa dos estudos do letramento, apoiados pelos estudos de Street (2007), que defende o letramento que representa os mais diversos usos e significados de ler e escrever nos mais diversos contextos sociais, culturais e épocas diferentes.

Palavras-chave: Picho. Itapuranga (GO). Letramento de resistência.

ABSTRACT

FERREIRA, Sandra Jardim de Menezes. **LETRAMENTO DE RESISTÊNCIA: O QUE AS PAREDES DAS RUAS DE ITAPURANGA (GO) TÊM A DIZER?** 2019. Nº 88 páginas. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis-GO., 2019.

Orientador(a): Prof. Dr. Sostenes Cezar de Lima.

Defesa: 10 de dezembro de 2019.

The aim of this research is to analyze graffiti as literacy events, in order to understand what graffiti-subjects seek to express in this specific inner city context, in order to understand their social realities and if they (not) resist harsh patterns of social exclusion. So, because it is an investigation of the motivating social problems, it is a qualitative interpretative research, and it seeks to read the graffiti, with all the meanings that may be intrinsic between the paint and the wall. Intersubjectivity is a strong factor in this process, because the understanding of meanings (CELANI, 2005) will lead us to a possible journey of communication with graffiti subjects. Twenty graffiti were collected in the city of Itapuranga (GO) for analysis and identification of resistance literacy from graffiti. The main references that led to understand how to capture and read the object of study were Duarte(2002); Souza(2009); Mittmann (2012); Padilla (2013); Sito (2016); Araújo (2017), which enabled a feasible methodological understanding for a study that seeks discourses and literacies from a narrative that goes beyond hegemonic writing in Brazil, writing from printed or digital space. Therefore, resistance Literacy can be considered a social event, in which the subjects use writing through graffiti in Itapuranga (GO), highlighting their contexts, disputes, conflicts in which the records were produced, evidencing in this case these practices such as literacy events. In this way, resistance is perceived and articulated through graffiti, producing socially situated literacies. It was also possible to identify local literacies of social reading of the piches starting from the cultural context of the researched city. From the analysis it becomes clear that voices of resistance echo in a town in the countryside of Goiás, they are located, put the sights of the local community, conquering their voice space. Therefore, the research contributes to the reflection of the significant amplitude of the literacy studies, supported by the studies of Street (2007), that defends the literacy that represents the most diverse uses and meanings of reading and writing in the most diverse social, cultural and different epochs.

Keywords: Graffiti. Itapuranga (GO). Resistance Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Brasília, ditadura militar no Brasil (1964-1985)	40
Figura 2. Rio de Janeiro, ditadura militar no Brasil (1964-1985)	41
Figura 3. Grafite coletivo	42
Figura 4. Fonte monumental, situada na Praça Júlio Mesquita/SP	43
Figura 5. Carlos Drummond de Andrade, Praia de Copacabana/RJ	43
Figura 6. Grafite no Parque Edu Chaves/São Paulo	45
Figura 7. Pichação em Teresina/PI	46
Figura 8. Pichação em Sorocaba	47
Figura 9. Zona Sul de São Paulo, funcionário da prefeitura pinta o muro para apagar a pichação	49
Figura 10. Mapa de localização do município de Itapuranga (GO).....	55
Figura 11. Picho – Ponto 3	57
Figura 12. Mapa de localização das pichações Itapuranga (GO) 2018/2019.....	59
Figura 13. Picho – Ponto 1	61
Figura 14. Picho – Ponto 6	61
Figura 15. Picho – Ponto 11	62
Figura 16. Picho – Ponto 21	63
Figura 17. Picho – Ponto 05	64
Figura 18. Picho – Ponto 22	65
Figura 19. Picho – Ponto 13	66
Figura 20. Picho – Ponto 17	67
Figura 21. Picho – Ponto 7	67
Figura 22. Picho – Ponto 10	68
Figura 23. Picho – Ponto 18	68
Figura 24. Picho – Ponto 2	70
Figura 25. Picho – Ponto 8	71
Figura 26. Picho – Ponto 9	71
Figura 27. Picho – Ponto 13	71
Figura 28. Picho – Ponto 14	72
Figura 29. Picho – Ponto 6	73
Figura 30. Picho – Ponto 7	75
Figura 31. Picho – Ponto 15	77
Figura 32. Picho – Ponto 16	79
Figura 33. Picho – Ponto 20	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupo de pichos que portam mensagens de cunho de existência e ética.....	60
Quadro 2 - Grupo de pichos de denúncia social e senso crítico.....	69
Quadro 3. Grupo de pichos de torcidas organizadas	76

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 - AGENDA.....	11
SEÇÃO 2 - LETRAMENTOS E PODER	16
2.1 Estudos do letramento: do letramento autônomo ao letramento crítico	16
2.1.1 Letramento autônomo	18
2.1.2 Letramento ideológico.....	19
2.1.3 Letramentos sociais.....	20
2.1.4 Letramentos críticos	21
2.2 Poder e resistência	23
2.2.1 Relações de poder.....	27
2.2.2 Formas de resistência social	28
2.2.3 A escola como instituição de poder e a resistência ao letramento escolar	30
2.2.4 Os letramentos de resistência	32
SEÇÃO 3 - A TINTA E O MURO	38
3.1 As pichações no Brasil	38
3.1.1 A arte das intervenções urbanas	43
3.2 As pichações como instrumento de ação política.....	47
SEÇÃO 4 ROLÊ: AS PICHAÇÕES E A RESISTÊNCIA EM ITAPURANGA (GO)....	54
4.1 O cotidiano da cidade de Itapuranga (GO).....	54
4.2 O que as paredes das ruas têm a dizer?	57
4.3 Pichações e resistência em Itapuranga (GO): existência social.....	58
4.4 Pichações e resistência em Itapuranga (GO): uma ação política.....	68
4.5 Pichações e conflitos sociais: a disputa por territórios e discursos	75
SEÇÃO 5 BOMB: CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
SEÇÃO 6 REFERÊNCIAS.....	82

SEÇÃO 1 - AGENDA¹

A pichação faz parte da paisagem urbana no Brasil, com presença marcante nas grandes cidades, porém cada vez mais pode ser percebida nas cidades interioranas. Trata-se de um tipo de produção escrita, não convencional, que está fora do papel e das paredes da escola. É unânime dizer que se trata de mensagens deixadas para outras pessoas e essas mensagens trataremos aqui como eventos de letramento, partindo da definição defendida por Street e Heath (1982) que, segundo eles, se caracteriza em “um evento de letramento como qualquer ocasião em que um fragmento de escrita é integral à natureza das interações entre os participantes e de seus processos interpretativos” (STREET, 2012, p. 74).

A concepção das pichações como eventos de letramento possibilita a análise da riqueza de sentidos que esse tipo de escrita produz, levando em consideração seu contexto de produção. O letramento é um evento social, no qual os sujeitos utilizam a escrita interagindo com o contexto em que a ela foi produzida, para, então, entender como se desenvolvem essas práticas (KLEIMAN, 1995). Portanto,

conhecer o uso da escrita em grupos populares e marginalizados está imbricada na História dos Estudos de Letramento, cuja vertente sociocultural educacional se caracteriza por se filiar a uma pedagogia culturalmente sensível e crítica (KLEIMAN; SITO, 2016, p. 171).

Observando o número de pichações espalhadas pela cidade de Itapuranga (GO), pude perceber, nos muros, as vozes que buscam ser ouvidas pela sociedade. Tal fato me provocou uma inquietação e me levou a pensar nos possíveis tipos de letramentos contidos nesse tipo de texto-pichação.

Após uma revisão das pesquisas que têm como objeto as pichações (SÁ, 2015; CUSTÓDIO, 2012; SOUZA, 2009), percebi a importância de um estudo, sob os pressupostos teóricos do letramento, que discutisse o valor social do texto-pichação e as influências políticas que motivam essas práticas, tais como as problematizações do picho como resistência social e outras particularidades pertinentes ao assunto. Portanto, faz-se necessário realizar um estudo que procure atentar-se às vozes que estão em busca de serem ouvidas por meio dos pichos e discutir de que modo as pichações, concebidas como práticas de letramento, podem ser vistas como expressão de uma cultura de resistência, por meio da ocupação de espaços urbanos.

¹ Agenda – termo utilizado por grupos de pichadores que significa lugar para preencher com picho.

Diante das dificuldades e conflitos sociais impostos por padrões culturais hegemônicos, os grupos sociais marginalizados, no Brasil, que são invisibilizados por grande parte da sociedade, buscam, a partir da escrita e por meio das pichações, resistir e expressar as suas angústias, identidades e opiniões. Tendo em vista essa problemática, a pesquisa visa:

a) Discutir de que modo as pichações, concebidas como expressão de uma cultura de resistência, expressa por meio da ocupação de espaços urbanos, são práticas de letramento; b) Investigar como essas pichações representam discursivamente a ação política de um determinado grupo social; c) Compreender as motivações sociopolíticas da comunidade de pichadores a partir dos grafismos; d) Quem tem direito à cidade?

Esta pesquisa pretende contribuir com os estudos dos letramentos sociais, na busca por compreender as pichações nas paredes das ruas. Então, por se tratar de uma investigação dos problemas sociais motivadores, este estudo se encontra no paradigma qualitativo. Pois essa abordagem metodológica “se preocupa com a interpretação dos significados contidos num texto (entendido num sentido muito amplo), levando em conta cada mensagem desse texto e suas inter-relações” (ANDRÉ, 1995, p. 14).

Trata-se ainda de uma pesquisa de caráter qualitativo interpretativista, pois busca ler as pichações, com todos os sentidos que possam estar intrínsecos entre a tinta e o muro. A intersubjetividade é um fator forte nesse processo, pois a compreensão dos significados (CELANI, 2005) nos levará a uma possível jornada de comunicação com os sujeitos pichadores.

Esse tipo de pesquisa nos possibilita a compreensão social e uma leitura de mundo a partir dos discursos e construções de sentidos por meio da arte expressa pelas palavras. “Ao compreender o fazer ciência como uma prática interpretativa, altera-se a concepção do que seja verdade, a qual passa a ser o resultado momentâneo da negociação de sentidos numa comunidade científica, negociação esta que é intersubjetiva e discursiva” (DE GRANDE, 2011, p. 13).

Lidar com a subjetividade não é uma tarefa simples, até porque “o foco da investigação deve se centrar na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações” (ANDRÉ, 1995, p. 14). A esse respeito, o contexto precisa ser considerado de forma reflexiva, o que nos levará a uma compreensão dos dados.

Os instrumentos da pesquisa se constituíram por meio de ferramentas adequadas para a geração e tratamento dos dados pertinentes ao objeto de estudo: a pichação. As pesquisas que levaram a uma compreensão da forma de captar e ler o objeto foram Duarte (2002); Souza (2009); Mittmann (2012); Padilla (2013); Sito (2016); Araújo (2017), o que possibilitou uma compreensão metodológica viável para um estudo que busca os discursos e os letramentos a

partir de uma narrativa que vai além da escrita hegemônica no Brasil, escrita essa que sai do espaço impresso ou digital.

Em relação à coleta dos dados, foi organizado um campo em busca das pichações no perímetro urbano de Itapuranga (GO). A visita em campo aconteceu durante o período de um ano (entre julho de 2018 e julho de 2019), da primeira à última coleta de dados, percorrendo a cidade a fim de apreender o objeto de pesquisa e marcar os pontos de pichações para assim mapeá-los. Para registrar as pichações e formar o *corpus* de pesquisa, utilizamos o instrumento fotografia como apreensão das imagens de pichações (encontramos algumas pichações que não teriam conteúdo de ordem social, política ou de cunho reflexivo, e diante disto não registramos essas pichações para a pesquisa).

Coletamos os pontos de coordenadas geográficas para o mapeamento das pichações no perímetro urbano com a finalidade de saber se existiria uma centralização das pichações na cidade, um passo importante da pesquisa. Ao coletar as imagens das pichações no perímetro urbano de Itapuranga (GO), um fato me chamou a atenção: os lugares de ocorrência das pichações. Grande parte delas foi encontrada na área central da cidade e principalmente em locais de maior fluxo de pessoas e, por isso, maior visibilidade. Neste sentido, a necessidade de um mapeamento das pichações surgiu para que compreendêssemos as suas espacialidades no espaço urbano, pois percebemos uma lógica na escolha dos locais para pichar.

Foi solicitado a um geógrafo o mapeamento dos pontos para verificar se essa hipótese seria confirmada. O mapeamento dos lugares pichados na cidade foi construído a partir do sistema de coordenadas geográficas que permitiam identificar e caracterizar o local ou ponto de referência a ser representado no mapa, no caso, os locais das pichações. Foram encontrados na pesquisa de campo 22 pontos de pichações. Após serem inseridos na base cartográfica da cidade de Itapuranga (GO) é possível visualizar a espacialidade dos pontos pichados, conforme será apresentado na figura 12.

A princípio, a pesquisa tinha o interesse de promover uma roda de conversa com os pichadores, inclusive falamos com alguns, no entanto, por conta da ilegalidade que há no ato de pichar, muitos pichadores preferiram não participar da nossa pesquisa. O interesse em falar com os pichadores seria principalmente para saber os discursos que estavam motivando as pichações.

A expectativa era de entrevistar um grupo de pichadores, onde inicialmente, apenas três integrantes se dispuseram a participar. Mas, ao avaliar os documentos exigidos para solicitar a autorização do comitê de ética, reconfiguramos a perspectiva de análise desta pesquisa, uma vez que a documentação poderia colocar os participantes em risco. Entre os

documentos exigidos consta um termo de consentimento que solicita dados pessoais dos entrevistados e por esse motivo os pichadores locais desistiram da entrevista.

Diante da nova realidade, foi decidido analisar o material coletado partindo do método dialético, pois entende-se que as pichações estão dentro de um contexto social, político e econômico e nos permitem obter uma interpretação dinâmica do texto-pichação.

O foco foi analisar as pichações como eventos de letramento, a fim de compreender o que os sujeitos-pichadores buscam expressar nesse contexto específico de cidade do interior, com o intuito de perceber suas realidades sociais e se (não) resistem a duros padrões de exclusão social. Partindo dos pressupostos que direcionam as pesquisas na linha do “letramento que não tem a ver apenas com a escrita” (KLEIMAN; SITO, 2016, p. 170), neste estudo não se pretende apenas observar os usos do texto-pichação pela escrita em si, mas observar de que forma os grupos, que se diferenciam social e culturalmente, usam variedades linguísticas e dialetos para registrar experiências, fatos, desabaços, gritos de socorro, pedidos de ajuda, geralmente não seguindo o padrão da língua normativa, dentro da sociedade em que vivem (KLEIMAN; SITO, 2016).

Ao ler os grupos pichados, conseguimos apreender três eixos de letramento social presentes nos pichos: Pichos que portam mensagens de cunho de existência e ética (50% das pichações), de denúncia social e senso crítico (36% das pichações) e pichos que evidenciam disputas de torcidas organizadas (14% das pichações). Portanto, são esses eixos de interpretação que nos levam à compreensão do que seria o letramento social, o que vai além do padrão cultural da escrita.

As pichações sempre estiveram presentes na cidade de Itapuranga (GO), porém no ano de 2017 e 2018 uma onda específica provocou incômodo na população local. Os pichos começaram a portar mensagens fortes de cunho reflexivo, denúncia social e despertamento político. No ano de 2019 surgiram as pichações das torcidas organizadas.

A pesquisa analisa um conjunto de 22 pichações da cidade de Itapuranga (GO). As imagens das pichações foram registradas no período de outubro/2017 a março/2019. Considerando os diferentes tipos de textos-pichação, este estudo prioriza a análise dos que expressam algum tipo de opinião pública, descartando, então, os textos de cunho romântico ou palavras de baixo calão. A análise será feita a partir de uma abordagem qualitativa interpretativista.

Prezando pelo valor social da escrita, o trabalho se encontra organizado em outras três seções. Na segunda seção será apresentado o percurso dos estudos do letramento até o letramento crítico, perspectiva que orienta esta pesquisa. Além disso, definições de poder e

resistência serão discutidas tendo em vista o uso da escrita como manifestação de resistência política.

A terceira seção ficou destinada à discussão de tópicos tais como: o contexto e a influência histórica e cultural das pichações no Brasil, e uma discussão de como grupos de pichadores usam a escrita para legitimar e dar voz ao seu discurso. Na quarta e última seção, foi analisado o conteúdo do texto-pichação, observando como as pichações são usadas no contexto da cidade de Itapuranga (GO). O objetivo é ouvir essas vozes e identificar as estratégias utilizadas que possam ser apontadas como resistência. Justificar se são decorrentes nos diversos produtos ou práticas e se podem ser apontadas como estratégias linguísticas de resistência.

SEÇÃO 2 - LETRAMENTOS E PODER

O letramento é um assunto amplo e complexo, pois abrange uma concepção de leitura e da escrita como prática social. Vinculada a essa concepção, Angela Kleiman (1995, p. 19) defende que os letramentos são “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos”. A escrita, como um dos produtos do letramento, está diretamente envolvida com o desenvolvimento da sociedade, contribuindo com as práticas sociais de cada povo. O letramento se refere, então, aos vários domínios da vida, o que ajuda o indivíduo a relacionar-se com outros membros da sociedade (VIEIRA, 2003).

Assim, letramento é um conjunto de práticas que envolve, em seus contextos específicos, o uso da escrita. Com outras palavras, Brian Street (2012) reforça essa argumentação ao dizer que a escrita é uma ferramenta utilizada como prática social para comunicação de uma dada realidade, carregada de significações específicas para certo contexto, que contemplem a utilização em sociedade e ou em uma determinada comunidade. Street (2014) e Magalhães (2012) se utilizam dos mesmos conceitos e afirmam que as práticas letradas são produtos da cultura, da história e dos discursos.

Dessa forma, existem níveis e tipos de letramentos nas práticas diárias. As pessoas se utilizam de letramentos diversos conforme a sua cultura local. A exemplo, temos as convenções sociais de um determinado povo (cultura), como o fato de logo cedo a criança aprender quando e onde falar e quando e onde não falar. Outra realidade é de adultos que não escrevem cartas, mas leem símbolos e conseguem desempenhar funções do dia a dia como: negociar, acessar terminal rodoviário, comprar, vender, exercendo as mais diversas funções no mercado de trabalho. Letramentos que são desenvolvidos para suprir necessidades diárias.

2.1 Estudos do letramento: do letramento autônomo ao letramento crítico

De início, temos que entender o que é letramento, uma vez que este é um termo recente no contexto educacional brasileiro. Segundo Soares (2009, p. 33), este vocábulo surgiu no país, em 1986, usado por Mary Kato, no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. Seu aparecimento se deu pelo fato de haver uma grande taxa de repetência e analfabetismo na década de 1980 no Brasil. Dessa forma, surgiu a necessidade da criação de uma palavra que remetesse à condição contrária ao analfabetismo, ou seja, uma palavra que expressasse o estado de um alfabetizado quanto às capacidades de leitura e de escrita.

No decorrer do livro “Letramento e Alfabetização”, Tfouni (2010, p. 32) explicita que “a necessidade de se começar a falar em letramento surgiu, creio eu, da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta”.

O termo alfabetização já não conseguia mais ser suficiente. Soares (2009) afirma que a palavra letramento vem da tradução do vocábulo inglês *literacy*, o qual tem origem no latim *littera*, que se refere à *letra*. A palavra *literacy* poderia ser decomposta da seguinte forma: *littera* (letra) + *cy* (condição ou estado de). Por isso, reitero que a definição de letramento se trata de algo amplo e bem complexo, inclusive, na concepção de Soares (2009, p. 65), “[...] o conceito de letramento envolve, portanto, sutilezas e complexidades difíceis de serem contempladas em uma única definição”.

Esse processo de letramento pode ser visto como algo mais complexo que a alfabetização, sendo ele um processo sócio-histórico do indivíduo, pois está ligado ao grande desenvolvimento que vem ocorrendo na sociedade. O termo letramento ultrapassa os meios mais amplos do domínio da escola. Como afirma Kleiman (1995, p. 18), “podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Dessa forma, a autora nos afirma que o letramento é um conjunto de práticas que envolve em seus contextos específicos o uso da escrita. Mas a escola, por sua vez, seria a responsável por realizar práticas de letramento.

No entanto, Magda Soares (2009, p. 39) afirma que o letramento é o “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. Dentro dessa perspectiva, o letramento está ligado às práticas sociais da escrita e da leitura. Mas, para ser letrado, o indivíduo não deve desenvolver apenas as habilidades de leitura e escrita, mas também desenvolver competências que condicionem sua vida em sociedade. Portanto, para promover o letramento, é preciso que o sujeito participe de situações nas quais se envolvam práticas de leitura e escrita, que sejam das mais diferentes formas e não limitadas às atividades escolares.

Dessa forma, é perceptível que o letramento está ligado (in)diretamente à escolarização, é social e que se refere às habilidades demandadas para cumprir as práticas sociais. As práticas sociais realizam demanda sociais e são experimentadas à sociedade, incluindo a escola. Porém a escola não tem conseguido cumprir as demandas impostas pela sociedade, ou seja, a escola não tem conseguido incorporar em sua matriz habilidades que sejam

vivenciadas no meio social. Desta maneira, haveria uma total desigualdade entre as habilidades que são desenvolvidas na escola e as que são exigidas no contexto social vivenciado pelo sujeito aluno.

Podemos, assim, considerar que as práticas de letramento respondem a demandas sociais. Pois, em um determinado momento, percebe-se que a alfabetização não está correspondendo a todas as demandas da sociedade e com isso “numa tentativa de separar os estudos sobre o ‘impacto social da escrita’ dos estudos sobre alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita” (KLEIMAN, 1995, p. 15), o conceito de Letramento passa a ser usado. E, para que uma pessoa seja considerada letrada, não é preciso que ela viva em contextos com diversidade de informações, pois estamos inseridos em diferentes convenções sociais nas quais são necessárias práticas de uso tanto da escrita como da leitura para a interação no meio social.

Nos tópicos a seguir serão apresentados os principais modelos de letramento.

2.1.1 Letramento autônomo

Há uma construção da relação social com a leitura e a escrita. Essa relação é composta por habilidades desempenhadas no cotidiano e para fins específicos, um perfil do letramento autônomo por ter características específicas, pois “ocorre por meio da linguagem sem contexto, do discurso autônomo e do pensamento analítico” (STREET, 1995, p. 154). No letramento autônomo, a leitura é entendida como um processo neutro, sem influência do contexto social e histórico do indivíduo (KLEIMAN, 2003).

O texto escrito é a sua principal fonte do letramento autônomo, pois no texto há todas as informações necessárias para seu leitor,

[...] pois a escrita é entendida como produto completo em si mesmo, e cujos significados independem de seu contexto de produção, já que o funcionamento lógico da escrita, o modo como as palavras se articulam são considerados aspectos suficientes para que as pessoas interpretem o escrito (ZAPPONE, 2008, p. 51).

O modelo autônomo de letramento defende que o texto escrito é independente e acabado em si, neutro e autônomo do contexto social. O ensino no Brasil, por ser pautado na manifestação da escrita, é baseado nesse modelo de letramento. A escrita, portanto, é uma tecnologia que é importante para o homem, pois produz consequências cognitivas com poder

transformador nas estruturas mentais e no desenvolvimento das faculdades mentais (KLEIMAN, 1995).

O desenvolvimento da escrita para o ser humano é um processo valioso que nos afeta e provoca transformações internas, mas ignorar os aspectos sociais é negar sua influência nas práticas de leitura e escrita. “O poder liberador da escrita já é predicado quando se tece o argumento de que a posse da escrita permite que o possuidor, seja ele um indivíduo ou um povo, dedique suas faculdades mentais ao exercício de operações mais abstratas, superiores” (KLEIMAN, 1995, p. 31).

O modelo autônomo entende que a organização da escrita é presa no contexto, já a fala sofre influência do contexto e tem uma característica desorganizada na construção da comunicação, o que Street (2014) denomina de mito. O autor faz críticas duras a esse modelo e defende o modelo ideológico. Diante disso, o modelo de letramento ideológico configura uma definição que engloba a pluralidade do letramento, conforme tentaremos discutir no tópico seguinte.

2.1.2 Letramento ideológico

O letramento ideológico, pela perspectiva de Street (2014) e Kleiman (1995), não pressupõe anular o modelo autônomo, mas complementá-lo.

Prefiro trabalhar com base no que chamo de modelo “ideológico” de letramento, o qual reconhece uma multiplicidade de letramentos; que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia: não são simplesmente tecnologias neutras” (STREET, 2006, p. 466).

Sabe-se da importância da escrita na formação da sociedade. Sendo assim, as influências culturais, ideológicas e de subjetividade do ser portam uma pluralidade de significações que serão levadas em consideração nas leituras e produções escritas, que nesse modelo não serão ignoradas ou anuladas.

Essa perspectiva valoriza as práticas de letramento que são social e culturalmente determinadas por

[...] práticas (plurais) de letramento, contextualizadas em esferas sociais específicas (grupos, instituições, contextos), onde funcionamentos comunicativos e discursivos particulares da esfera social colocarão numa

pluralidade de relações complexas, dentro de práticas letradas, oralidade e escrita, que, portanto, não podem mais ser vistas de maneira dicotômica (ROJO, 2001, p. 239).

As práticas plurais são valorizadas no modelo ideológico, pois ele condiciona espaço de discussão, questionamentos e reflexões sobre informações e conceitos que são respaldados culturalmente, ao contrário do modelo autônomo que não nos permite discutir ou questionar instituições/pesquisas de prestígio.

Chama-se de letramento ideológico todo o conjunto de práticas de escrita que levam em conta o fato de que leitura e escrita são atividades socio-historicamente situadas, portanto, ideológicas. O letramento ideológico abarca uma série de outros subtipos de letramentos, que vêm sendo estudados ultimamente. Dentre esses subtipos de letramento, destacam-se os letramentos sociais e os letramentos críticos.

Os letramentos sociais estão inseridos no quadro dos letramentos ideológicos por valorizar e resgatar o letramento como resultado das práticas sociais em torno da leitura e da escrita.

2.1.3 Letramentos sociais

Ao trazer o termo letramentos sociais, Street (2014) está se referindo aos novos estudos dos letramentos e procura enfatizar que o letramento em si tem peso social, mas faz inferência a uma redundância proposital a fim de pluralizar o termo (LOPES, 2004). As perspectivas que nos possibilitam construir sentidos e entender o mundo nos levam ao letramento social (LS), que valoriza capacidades que vão além da leitura e da escrita. O olhar crítico da realidade continua sendo valorizado, porém outras práticas e eventos de letramento são habilidades que portam valor social. Street (2014) apresentou exemplos de letramentos locais usados por Fingeret (1983) para que entendêssemos esse ponto de vista:

[...] as comunidades desenvolvem redes de intercâmbio e interdependência em que o letramento é apenas uma habilidade entre várias outras que se permutam: um mecânico analfabeto pode trocar suas habilidades em manutenção de carros pela capacidade de um vizinho de preencher um formulário; um homem de negócios pode gravar em fita uma carta para que um amigo a escreva (STREET, 2014, p. 35).

Os eventos de letramento permitem troca de conhecimento entre as pessoas, cada uma continua no seu campo de conhecimento em que domina e recorre ao outro para

complementar as necessidades das tarefas diárias. O LS compõe-se de mais do que habilidade, pois valoriza a capacidade de troca dessas habilidades em que a escrita constitui a maior parte da ação.

2.1.4 Letramentos críticos

O letramento crítico (LC), a exemplo dos Letramentos Sociais, não constitui um modelo teórico independente; está também situado no campo dos Letramentos Ideológicos, uma vez que parte do pressuposto segundo o qual as atividades de leitura e escrita são atividades sociais. Como tais, essas atividades são passíveis de reprodução e/ou contestação por parte dos atores sociais e por parte das instituições.

O letramento crítico (LC) parte de um ideal libertador que acredita em uma pedagogia para a transformação social (FREIRE, 1987). Essa linha se preocupa com formação do cidadão, a fim de promover um pensamento crítico (MONTE MOR, 2013) em que, conseqüentemente, entenda-se o papel social da linguagem. E mais, entender os sujeitos sociais produtores e receptores do texto, entender o papel desse sujeito não só como produtor de uma escrita, mas o lugar em que ele está inserido, os influenciadores externos e como ele se ouve.

De Souza (2011, p.03) amplia a definição de LC nos explicando que, para Freire, “essa consciência crítica da relação palavra-mundo, de forma diferente da consciência ingênua, do senso-comum de simplesmente “estar no mundo” envolve a consciência da conexão e da diferença entre estar no mundo e estar com o mundo. Assim como eu produz significação, o eu do leitor também produz significação, e não se trata de uma opinião correta, mas da troca de conhecimento, como produz uma percepção sempre passível de ser re-interpretada (DE SOUZA, 2011).

O papel social da linguagem se realiza na vida do cidadão alfabetizado ou não. Independentemente do nível de escolaridade, cada um utiliza a língua diariamente nas mais diversas tarefas. “O letramento crítico parte da premissa de que a linguagem tem natureza política, em função das relações de poder nela presentes [...] não há textos neutros [...] toda linguagem retrata o mundo [...] as práticas de letramento são o percurso de uma ação social (MONTE MOR, 2013, p. 42).

O convívio com textos e discursos, que são pensados e articulados para convencer a população, sejam textos escritos em *outdoors*, manchetes de jornais, propagandas, reportagens jornalísticas, vídeos, etc., são meios que somam para o processo de conhecimentos, informações

e acesso à linguagem. Eles oportunizam às pessoas contato com as mais diversas formas de letramento. Jordão (2013), parafraseando Street (2010), afirma que no

[...] letramento crítico a língua é discurso, espaço de construção de sentidos e representação de sujeitos e do mundo. Os sentidos não são “dados” por uma realidade independente do sujeito: eles são construídos na cultura, na sociedade, na língua. Isso significa dizer que a língua, que tem sua existência nas práticas sociais, é um espaço *ideológico* de construção e atribuição de sentidos, o que se dá num processo enunciativo sempre contingente (relativo a sujeito, tempo e espaço específicos), numa prática situada de letramentos (JORDÃO, 2013, p. 73 – grifo do autor).

Aqui a língua é valorizada como representação socio-histórica, que engloba e representa memórias, culturas e crenças. Ela abre espaços para redes de significados, que informam e transformam, que constroem e/ou reconstróem sentidos. O espaço ideológico que a língua ocupa, em todas as faces das práticas sociais, se torna concreto nas mais variadas práticas de letramentos.

Na perspectiva do LC, como lembra Solto Junior (2014), citado por McLaughlin e Devoogd (2004), ouvir grupos subordinados e oprimidos desafia as estruturas sociais que estabelecem desigualdades, porque não se mede níveis de alfabetização. Sabe-se que a escolarização estabelece níveis nas relações de poder. Quem estuda mais possui o direito de fala sobre quem não estudou ou não completou os estudos. Porém, o LC, a partir da perspectiva das práticas sociais, ouve todas as classes, a fim de valorizar os letramentos sociais mais do que a escolaridade e a alfabetização.

Cada classe social valoriza um tipo específico de conhecimento mais do que outro. A valorização será determinada por “atribuição de valor socialmente construído” (JORDÃO, 2013, p. 80). Isso ocorrerá conforme o meio em questão; não podemos desconsiderar a influência social e cultural de determinada sociedade, comunidade e/ou realidade. A exemplo, temos a ciência: quanto mais pesquisa se desenvolve, mais valorizada é a comunidade produtora dessa ciência. No meio acadêmico, quanto maior o título, maior o reconhecimento e valorização salarial. Na oficina, quanto mais tempo de comércio, mais experiência e mais respeito. O saber valorizado para cada classe sempre se dá pela competência que vai dar retorno para o sujeito.

Conforme mencionado, o conhecimento não é limitado a alguns e não está concentrado em um único lugar, ou representa uma única verdade. Ele perpassa por diferentes valores, por múltiplos olhares e realidades. Todo conhecimento tem valor social, e o LC se manifesta como uma possibilidade de evidenciar a pluralidade de formas de construção de

sentidos e modos de entender o mundo sem desconsiderar as relações de poder que estão intrincadas na construção de sentido (JORDÃO, 2007).

Assim, a acessibilidade a práticas de leitura e escrita pode possibilitar produção de conhecimento em que todo conhecimento tem seu valor. Por essa perspectiva de pensar o letramento, o texto escrito não é neutro, mas um portador de conhecimento, situado, marcado pelo corpo que o conhecia. No entanto, não seria um conhecimento acabado, pois este poderia ser questionado, repensado, discutido, interpretado e relacionado aos vários significados que um texto pode propor.

2.2 Poder e resistência

*Ao invés de tomar a palavra,
gostaria de ser envolvido por ela e
levado bem além de todo começo possível.
Michel Foucault*

Nesta seção, busca-se definir o que seria poder e resistência e suas aplicações no contexto social dos letramentos. É importante destacar que esses dois conceitos estão relacionados, porém não são sinônimos e precisam ser compreendidos a partir das materialidades de suas formas e relações na conjuntura social.

A resistência concebida aqui está fundamentalmente relacionada ao poder de lutas sociais, sendo manifestas a partir das grafias, portanto representando uma estrutura de poder que se apresenta como meio de construir algo novo frente ao estabelecido.

Conforme Alfredo Bosi, resistência

[...] é um conceito originariamente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é de/sistir (BOSI, 1996, p. 12).

Entender o conceito de resistência se faz oportuno, pois permite a aplicação e a compreensão de sentidos a partir de estudos que apresentaremos acerca desses conceitos. Resistência, portanto, está relacionada ao efeito de resistir, reagir, se opor, defender-se contra algo. Neste caso, a resistência apresentada a partir da pesquisa com grafiteiros nos permite entender um segmento que luta em busca de não sucumbir ou não ceder frente a uma cultura social que reprime sua fala.

A resistência também mostra a capacidade e a habilidade de conviver com dificuldades, sem abrir mão de direitos e deveres constitucionais e sociais dos cidadãos e de grupos. A aptidão e a força de resistir são, inclusive, uma das principais características dos movimentos sociais no Brasil como: Movimento Negro, Movimento de Trabalhadores sem Terras, etc.

Portanto, ao construir um raciocínio que nos possibilita entender uma sociedade a partir de suas diferenças, podemos olhar para esses grupos sociais e outros a partir de seus objetivos, propósitos e principalmente por uma possível resistência ao mundo em sua totalidade, seja ele pelos enfrentamentos a valores culturais, econômicos, sociais e etc.

A resistência no mundo globalizado, no qual as fronteiras já não mais separam os indivíduos e as culturas, se torna uma forma de sobrevivência frente ao modelo capitalista imposto ao processo de aculturação. Não que o novo seja o problema. O desafio é fazer com que o novo seja conhecido e não imposto aos sujeitos.

A palavra resistir definida por Bosi como “Opor força a força própria à força alheia” (1996, p. 11) nos sugere a ideia de uma luta de pesos iguais, que permite um dos dois vencer e que não existe desigualdade no conflito. No entanto, ao se constituir uma relação de poder entre grupos e segmentos, tidos no nosso país como grupos inferiorizados, essa realidade não se aplica, pois eles não possuem a mesma força de combate, já que estamos entendendo que o conflito é desigual e que talvez exista uma fragilidade por parte dos grupos minorizados.

Contudo, na prática de leitura, resistência não é somente uma oposição explícita, mas uma construção de sentidos capaz de perceber nas entrelinhas o modelo de produção capitalista. Isso justamente porque

[...] existe uma arte de resistência - de que os atores sociais minoritários são agentes - **ela é capaz de desarticular, no território da opinião pública**, a legitimidade de uma série de discursos que funcionam como oxigênio imprescindível para os dispositivos de poder (LUCAS; HOFF, 2007, p. 2 – grifo nosso).

Essa construção de sentidos, que possibilita outras compreensões e formas de existir, é um dos elementos que define o letramento de resistência. A resistência surge como arte de desarticular o hegemônico; ela proporciona a busca de novas propostas e perspectivas de mundo. “No âmbito de uma arte da resistência, agentes discursivos podem gerar fissuras na lógica dominante” (LUCAS; HOFF, 2007, p. 2). Diante disto, o letramento de resistência, que estamos pesquisando, proporciona fissuras na lógica dominante da comunicação social que vai

além do papel e das redes sociais. Ele é produzido no muro e nas paredes pintadas. Lucas e Hoff (2007, p. 2) afirmam que existe

um outro modo de constituir a resistência: desenhar linhas de fratura pelo empoderamento discursivo de minorias, apostando que este resgate da autonomia simbólica implique a constituição de novas linhas de força nos dispositivos de poder. A resistência, na sociedade contemporânea, tem um novo *modus operandi*: por baixo das linhas de poder e nos intestinos da lógica de produção capitalista novos regimes de força são constituídos, buscando, dentro do possível, interferir nos fenômenos de desigualdade e exclusão.

Corroborando com os autores, a resistência se utiliza da arte de diferentes estratégias por meio da fala, escrita, pelas ações, no silêncio, nas linhas de fratura de empoderamento de grupos sociais. A resistência na sociedade moderna se constitui principalmente para questionar os poderes simbólicos constituídos por uma cultura e modos de vida hegemônica de classes dominantes. Resistir frente a estes desafios propõe lutar contra desigualdades e exclusões de um modelo capitalista.

Alguns atos, sejam por meio de protestos escritos, orais ou comportamentais, estabelecem níveis de resistência a padrões pré-estabelecidos. As relações de poder que circulam entre os espaços políticos representados por um determinado grupo têm seus interesses voltados a inviabilizar o cotidiano de outros grupos que necessitam do aparelho estatal para a permanência seus espaços sociais.

As desigualdades sociais nas cidades brasileiras formam o extrato de um sistema capitalista que se reproduz a partir de suas diferenças no urbano. Os indivíduos sujeitos ao processo de subordinação em relação aos sujeitos de classe, de classe média-alta ou alta, estão sempre vivendo em processos de intensa reprodução dos processos urbanos como: segregação, diferenciação, racismo e outros. Esses fatos são extratos que se exprimem no espaço urbano, cujo espaço se torna palco de conflitos sociais onde os atores buscam meios para resistir.

Pelo ponto de vista da psicanálise resistência se dá

[...] em oposição a produção do novo e da diferença, conceito de resistência foi caracterizado ao longo de toda a obra freudiana como uma força que se manifesta como obstáculo a análise e, principalmente, contra toda e qualquer mudança ou transformação subjetiva decorrente do tratamento analítico (VENTURA, 2009, p. 153).

O interessante é que a resistência não é só plural, mas começa no individual. O ser humano tem dificuldades de enfrentar o novo, mesmo que sejam mudanças necessárias. É

importante entender esse impasse que existe no individual para então compreendermos como a resistência no processo social ganha forças. Diferentes indivíduos com a mesma resistência (dificuldades) se unem em prol de uma causa, não estamos discutindo aqui apenas causas específicas, porque poderíamos nos deparar com diferentes pontos de vista, mas pensando na amplitude de uma sociedade plural.

Foucault entende que o poder nos tira do lugar cômodo, e que o poder nem sempre é algo negativo, pois gera reflexão e conhecimento.

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2002, p. 161).

Existe uma dificuldade em lidar com o poder, mas pela perspectiva do pesquisador é por meio dele que reagimos e nos posicionamos a fim de transformar as realidades. O efeito do dispositivo de poder sobre nós é tão expressivo que movimenta nossa vida em todos os termos, podendo motivar uma busca da essência do social. O poder, na esfera social, transforma o sujeito em objeto e sustenta a massificação do indivíduo (FERNANDES, 2001). Foucault discute ainda que as estratégias usadas através do poder controlam o saber e as relações de força.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2004, p. 246).

Foucault defende que a imposição do poder não impede a desobediência, a resistência. Há sempre nas relações sociais possibilidades de escape às determinações de poder (FOUCAULT, 1995). Algo ou alguém utiliza o poder garantido por sua posição nas relações, mas isso não impossibilita a revolta, as manifestações e/ou desobediências às determinações. Nessa perspectiva, Fernandes (2011, p. 244) entende que “o poder se constitui numa fronteira em que não há, especificamente, um dominado que se submete a um dominador. O que ocorre é um jogo de enfrentamentos, um jogo de tensões permanentes de cada parte para sobrepujar a estratégia do outro”.

2.2.1 Relações de poder

As relações de poder, para Foucault (1988), não se estabelecem apenas como mecanismo de força de uma macroestrutura para uma microestrutura; o poder se estabelece em microrrelações, estando presente em todas as áreas estruturais da sociedade: família, escola, trabalho, igreja. Com isso, na busca para entender melhor as relações de poder, Foucault (1988), ao estudar as prisões, deparou-se com um estilo de presídio idealizado por Jeremy Bentham, conhecido por panóptico, no qual o sujeito poderia observar sem ser visto. Esse tipo de vigilância ainda faz parte da realidade atual e ocorre por meio das câmeras de vigilância, por exemplo.

Foucault (1988) afirma que o poder se constitui nas relações e não se limita aos poderes governamentais e/ou de entidades. Esse recurso não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social, mas circula em todos os espaços; não é arbitrário, mas está dissolvido dentro da sociedade. Logo, não pode ser entendido “como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivação sucessiva, atravessam o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 1988, p. 88). O autor defende que os poderes estão disseminados em todas as esferas sociais. Cappelle et. al. (2005) explica que Foucault procura captar o poder em suas extremidades, essa disseminação confere que as relações de poder estão divididas em micropoderes.

Prado Filho (2016, p. 14) caracteriza esse fenômeno como “abordagem jurídico-discursiva, formada por um conjunto de pressupostos e concepções que atravessam toda a tradição da teoria política moderna”. A intenção de Foucault era mostrar que o poder não está centralizado apenas nas esferas governamentais, mas na multiplicidade das práticas cotidianas, na rede microfísica de relações que se formam nos movimentos, em um campo em que forças se enfrentam.

Foucault (2004) apresenta o termo “prática discursiva” para evidenciar a existência material dos discursos que não se encontram apenas na subjetividade ou entre pesquisadores e intelectuais, mas sobre o mundo físico de livros e bibliotecas e faz-se uma “política do discurso” na contemporaneidade. O autor aponta para uma suposição de controle e seleção na produção do discurso em toda a sociedade.

Prado Filho (2006) remete o discurso à prática que permite tirar o foco da supremacia do sujeito e relaciona ao domínio que ele exerce ao longo da história da humanidade, uma vez que o discurso é uma área que está sob seu domínio. “Foucault reforça a

necessidade de deslocar a análise do saber da figura do sujeito, colocando-o em seu devido lugar” (p. 37).

Sousa (no prelo) faz um levantamento de três domínios, em Foucault, que personificam a composição das práticas discursivas: eixo do saber, poder e subjetivação. Para a pesquisadora, o eixo do saber representa as relações de domínio sobre as coisas. O poder consiste nas relações de ações sobre os outros e a subjetivação é a relação do sujeito consigo mesmo.

Em 1960, Foucault pesquisou a formulação de um método histórico distinto de análise de discursos, denominado arqueologia do saber. Em 1970, desenvolveu um método de estudo das relações e práticas de poder, chamado de genealogia do poder. Já em 1980, ele traz a análise de subjetivações (PRADO FILHO, 2016), e é nesse cenário que Foucault “reforça a necessidade de deslocar a análise do saber da figura do sujeito, colocando-o em seu devido lugar” (PRADO FILHO, 2006, p. 37).

O sujeito está resignado ao discurso, mesmo que não esteja em sua predominância, ele se assujeita ao discurso, assim não está no centro. Porém, em condições variadas, sendo possível um sujeito ocupar várias posições em um mesmo lugar de fala, todo esse fenômeno é denominado pelo filósofo de arqueologia do saber.

2.2.2 Formas de resistência social

Dentro da nossa organização como sociedade brasileira, temos alguns tipos de grupos de resistência social, como: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimentos de Resistência Negra; Movimento Feminista, Movimentos Indígenas; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), entre muitos outros. Cada movimento busca maneiras de ser ouvido e reconhecido, o uso da escrita como manifestação de resistência política é uma das formas utilizadas.

A escrita pode ser usada como instrumento de resistência por grupos não hegemônicos. Isso se deve ao acesso ao mundo da escrita que, tendo influências tecnológicas, não se limita ao papel. Essa tecnologia transpôs muros físicos e virtuais, uma simples frase pode rodar o mundo e alcançar milhares de pessoas em poucas horas. Esta é uma realidade que possibilitou às pessoas que buscam espaços de voz condições de luta por justiça social e igualdade de direitos. Assim, muitos procuram fazer denúncias sociais a fim de informar a sociedade das injustiças e diferenças que existem nos contextos mais diversos, podendo alcançar um maior público.

A escrita utilizada como resistência política, motivada por discordâncias políticas e sociais, num momento pós-guerra, nasce de uma indignação que transforma o rumo da escrita literária que antes existia para entreter a classe burguesa.

O termo Resistência e suas aproximações com os termos "cultura", "arte", "narrativa" foram pensados e formulados no período que corre, aproximadamente, entre 1930 e 1950, quando numerosos intelectuais se engajaram no combate ao fascismo, ao nazismo e às suas formas aparentadas, o franquismo e o salazarismo [...] Foi um tempo excepcional, um tempo quente de união de forças populares e intelectuais progressistas. Tempo que perdurou na memória dos narradores do imediato pós-guerra, e que produziu o cerne da chamada literatura de resistência, coincidente, e não por acaso com o ponto de vista estético neo-realista (BOSI, 1996, p. 18-19).

A escrita resistente, para Bosi (1996), é a de que escritores trabalham na perspectiva do avesso do homem ideologicamente ideal e que ultrapassa a categoria de militância política. A escrita resistente está em todos os contextos e tipos de escrita; atravessou o tempo e continua hoje resistindo conforme as demandas sociais atuais através de textos literários, jornalísticos, científicos. Tfouni (2010) aponta para o mesmo ponto de vista e defende que uma sociedade, depois de ter acesso à cultura escrita, sofre mudanças sociais e discursivas. Nasce a preocupação de conscientizar e politizar a classe operária, com essa motivação surgem textos literários que utilizam os recursos estilísticos para promover coragem, reflexão e indignação na população que sofria com o nazismo e o fascismo. Utilizaram a escrita para promover “movimentos de onisciência” (BOSI, 1996, p. 21).

Esse movimento vai evoluindo e ultrapassando “o fato da oposição direta ao nazifacismo” (BOSI, 1996, p. 21), e toma para si questões mais amplas a fim de abranger uma posição revolucionária de resistência ética. Os autores estavam preocupados em “ressaltar a coexistência de absurdo e construção de sentido, de desespero individual e esperança coletiva; em suma, de escolha social arrancada do mais fundo sentimento da impotência individual” (BOSI, 1996, p. 21).

Nesse momento da história percebemos que não importava a linha literária do autor, alguns tinham em comum uma luta contra a ideologia dominante burguesa por meio da escrita resistente. “Até aqui a relação entre narrativa e resistência ética foi descrita no interior de uma esfera de significados datada, historicamente enraizada, no caso dentro de uma **cultura de resistência política**” (BOSI, 1996, p. 22).

A história nos mostra como as resistências levaram a uma escrita mais acessível a população, às vezes desprendida da estilística para ser portadora de vozes que buscavam ser

ouvidas; o que não limita esse tipo de escrita, porque ela pode se parecer simples, porém em muitas vezes é complexa por nem sempre seguir um padrão linear. Encontramos esse tipo de escrita nos muros e paredes da cidade, espaços ressignificados para vozes da comunidade através da pichação.

Diante desse contexto, percebemos que as definições, que resumem uma concepção homogênea de resistência, até aqui abordadas, não abrangem a complexidade que o termo resistência é ressignificado através das pichações e do ato de pichar, já que se refere a uma prática de existência e muitas vezes resiliência. E que nem sempre é por não aceitação à mudanças.

A definição do termo resistência foi ampliada a partir de estudos que defendem sujeitos que lutam por espaço e igualdade, partindo “para uma concepção mais ampla de relações culturais diferenciadas em contextos de dominação e violências culturais: a resistência cultural do cotidiano, através de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta hegemonia da dominação colonial” (SILVA, 2015, p.1).

Encontramos esse tipo de resistência nos muros e paredes da cidade como espaço para a sua voz: a pichação.

2.2.3 A escola como instituição de poder e a resistência ao letramento escolar

A escola é uma instituição reconhecida pela sociedade como produtora oficial do conhecimento legítimo. Detentora de letramentos hegemônicos, controla e define os saberes que defende serem os necessários e essenciais para a comunidade. A instituição escolar divide opiniões. De um lado, críticos que atacam o sistema escolar por acreditar que a escola domina, doutrina, impõe ideologias. Mas, por outro lado, existem defensores que acreditam que a escola é um espaço de interação social e troca de experiências.

Configuradas a partir de dispositivos de poder, que lhe asseguram um espaço próprio de existência, às práticas culturais, em geral obedecem às leis desse lugar, sendo localizáveis, mapeáveis e impostas. No entanto, nem sempre respondem aos constrangimentos que tendem a lhe assegurar estabilidade e controle (VIDAL, 2005, p. 14).

Entre os Séculos XVI e XVII a instituição escolar estava passando por um processo de reestruturação disciplinar. Boto (2005) defendia as disciplinas escolares como um objeto particular da história do ensino, com problemas específicos, e cujo tratamento revelava a singularidade e originalidade da cultura escolar. Além de demonstrar o caráter inventivo do

sistema escolar, o estudo das disciplinas despertava para o duplo papel social da escola que se dava em formar indivíduos, mas também uma cultura “que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (p. 08).

Sabemos que a relação entre a escola e o universo da cultura escrita é íntima, pois o lugar central da escrita permite o fazer ordinário da escola. Tudo que envolve a escola, desde a administração à construção de saberes, se consolida na cultura escrita. Para Viñao (2000), cultura escolar consiste num conjunto de ideias, princípios, normas, abordagens e práticas que se estabeleceram com o passar do tempo nas instituições de ensino. Ressalta ainda a importância do espaço escolar, o que não é neutro, mas é percebido. Esses lugares são determinantes e influenciadores nos modos de ensinar e aprender, se tornando significativos.

Mesmo grande parte da população tendo contato com a cultura escrita proporcionada pela escola, no interior do ensino, constituem formas orais de socialização e cultura. A escola tem como principal responsabilidade a alfabetização dos alunos, porém a teoria dos letramentos está cada vez mais presente nas escolas como estratégia de ensino.

O letramento escolar, olhado pela lente hegemônica da alfabetização, se refere às habilidades de escrita e leitura que são obtidas através do contato com a escola. Nesse ponto de pesquisa, Soares (2004) afirma que os letramentos escolar e social fazem parte de um mesmo contexto. Quanto maior o tempo de escolarização de uma pessoa, mais ela será bem-sucedida nos eventos de escrita e leitura. Em contraponto, Tfouni (2010) defende que esse tempo de escolarização não garante ao sujeito que ele próprio possa assumir a autoria de seus discursos.

As práticas e os eventos de letramento não dependem da escola, mesmo a escola sendo produtora de letramentos hegemônicos. Percebe-se aqui como Gonçalves relaciona isso à colonialidade do saber.

Pensando na relação espaço, poder e saber que constitui as geopolíticas e na atual configuração dos estudos sobre letramentos, ficam evidentes os “lugares” dos letramentos. Com isso quero dizer que há lugares físicos e institucionais que se sobrepõem a outros no que diz respeito a visibilidade e reconhecimento de seus conhecimentos (GONÇALVES, 2018, p. 42).

Sobre essa ótica, observamos como persiste uma valorização instaurada sobre os conhecimentos escolares, no qual determina níveis de letramento do sujeito partindo do referencial que é o escolar. “[...] as práticas específicas de usos da escrita na escola continuam fornecendo o parâmetro segundo o qual os letramentos são definidos e a partir dos quais os sujeitos são classificados de forma dicotômica como alfabetizado ou não alfabetizado/ letrado ou não-letrado” (GONÇALVES, 2018, p. 18).

Por esse olhar, valorizar formas de letramentos que não pertencem ao favoritismo do contexto escolar nos coloca na posição de estudar práticas de letramento marginalizados, por não serem produtos de uma instituição historicamente determinada como produtora do conhecimento.

Cumpra evidenciar que as práticas de letramentos marginalizadas fazem parte do nosso cotidiano (no supermercado, ao pegar um ônibus, no recado dos afazeres de um funcionário, na hora de contar histórias para as crianças), conforme reforçam Kleiman (1995), Street (2014), Soares (2009). Mas aqui amplio para contação de casos dos avós, ao toque de berrantes e sanfonas nas festas regionais, e a construção e declamação de prosas. Muitos não tiveram a oportunidade de fazer parte de um espaço escolar, entretanto tiveram contato com outros letramentos que não são menos importantes.

2.2.4 Os letramentos de resistência

Os letramentos de resistência podem ser estudados a partir de duas dimensões: a) formas de processos de produção dos letramentos; b) conteúdos dos letramentos.

A fim de compreendermos como os letramentos de resistência se dão, precisamos entender o que são eventos de letramento e práticas de letramento. Street corrobora com Shirley Heath (1982) quando ela “define um ‘evento de letramento’ como qualquer ocasião em que um fragmento de escrita integra a natureza das interações dos participantes e seus processos interpretativos” (STREET, 2014, p. 173). A autora entende que evento de letramento, em resumo, é qualquer situação comunicativa de interação em que o foco esteja na escrita.

Street, vinculado a essa concepção, considera que “As práticas de letramento se referem a essa concepção cultural mais ampla de modos particulares de pensar sobre leitura e escrita e de realizá-las em contextos culturais” (STREET, 2012, p. 77). As práticas se aplicam no campo do conhecimento, comportamento, valores ideológicos que se exteriorizam por meio da leitura e escrita, que são eventos de letramento. As práticas de letramento estão no campo abstrato, pois estão ligadas diretamente às experiências cotidianas das pessoas. Elas “incorporam não só os ‘eventos de letramento’, como ocasiões empíricas de que o letramento é parte integrante, mas também ‘modelos populares’ desses eventos e concepções ideológicas que os sustentam (STREET, 2014, p. 174).

O letramento de resistência está ligado ao modelo popular de produção de eventos. E só é possível compreendê-los pela perspectiva de letramento como prática social. Percebemos um grupo de pessoas que utilizam seus conhecimentos, opiniões e precisam exteriorizá-los, e

se utilizam da escrita para assim fazê-lo, não pelo modo convencional, ou socialmente aceito, mas resistindo ao padrão de escrita, comunicação, linguagem e lugar de fala pré-estabelecido.

E nesse ponto é que trazemos as pichações como um tipo de letramento de resistência, porque é um evento percebido, lido, visto, porém incômodo, não aceito, estereotipado, por estar fora dos padrões sociais normativos. O muro não é livro, não é papel, não é uma rede social, mas é algo privado ou patrimônio público, que não foi construído para ser riscado/rabiscado. No entanto, pessoas motivadas por práticas letradas procuram um meio de concretizar sua voz/opinião, sem se preocupar com a aceitação e/ou concordância.

Nesse momento, o pichador quer externar, escrever, dizer, sair da invisibilidade e da inexistência e lutar para a visibilidade e existência, ocupando o espaço interdito, criando, assim, o dissenso, a polêmica. Essa pessoa não precisa de habilidades protocolares da escola, porque ela pode copiar, desenhar, encenar, dizer (NEUMANN, 2015).

As formas de produção e os conteúdos dos letramentos de resistência podem variar pelo contexto social, nível de letramento escolar, crenças, ideologias, etc. Vejamos, então, como são/estão sendo produzidas.

2.2.4.1 Formas de produção de letramento de resistência

A produção de letramento de resistência se manifesta quando formas de produção escritas legitimadas são subvertidas. Conhecemos os meios convencionais e as instituições legitimadas de produção e mediação dos textos escritos, entre eles estão: jornais, revistas, livros, escola, mídias, igreja, etc. Esses meios determinam padrões que o letramento de resistência busca romper. A maior referência em agência de letramento hegemônico é a escola. É na escola que temos o principal contato com padrões de textos socialmente reconhecidos, “cujos eventos são mediados por gêneros já homologados globalmente, como a ‘dissertação’, o editorial, o romance, a notícia etc.” (BRAGANÇA; BALTAR, 2016, p. 07).

Por outro lado, temos a mídia que reproduz modelos de gêneros textuais e padrões linguísticos regidos por crenças que norteiam uma concepção do que é a escrita. Kleiman (1995) pontua algumas definições do senso comum em torno do termo escrita, são elas: “aquela que o caracteriza como um artefato contraposto à naturalidade da fala; [...] aquela que o caracteriza como transparente, acessível por si mesmo; [...] aquela que o caracteriza como uma forma simplificada e arbitrária de desenho [...]” (KLEIMAN, 1995, p. 66). Ora, mas para chegar a um denominador comum sobre qual a melhor definição para a escrita, precisamos pensar no papel social que esta possui.

A pesquisadora ainda elenca crenças sobre a construção da escrita, principalmente entre crianças no processo de letramento escolar.

a) sendo dependente da constituição da fala – processo **natural e primitivo** - a construção da escrita na ontogênese só poderia iniciar-se tardiamente, escolarmente, como aprendizado, a partir de técnicas (métodos[...]), planejadas artificialmente; (b) sendo, portanto, segundo em relação à fala, o processo de construção da escrita teria relações (uni)lineares (da fala para a escrita) e regulares, não discursivas, mas representacionais, com esta primeira modalidade; (c) dado um **estágio** bem-sucedido de desenvolvimento da fala (em seus aspectos audioarticulatórios) e da motricidade, a escrita – [...] – seria entre si transparente e acessível imediatamente à criança, desde que apresentada por “boas técnicas” [...] (d) sendo um aparato gráfico arbitrário, seria mais natural que a **etapa** de grafização da fala como signo – a escrita – sucedesse à **etapa** de grafização do mundo como símbolo – o desenho [...] (KLEIMAN, 1995, p. 66-67 – grifo nosso).

A partir dessas concepções, estamos delimitando e ignorando o sentido social da escrita, por focar em técnicas valorizadas para um possível domínio da norma padrão. Por outro lado, ignoramos o contato diário e rotineiro que temos com a oralidade e a escrita nos mais diversos meios.

O letramento de resistência se propõe a ressignificar a concepção de escrita do senso comum. Para entendermos melhor, precisamos compreender que a escrita não se limita a técnicas ou grafização, mas a sua usabilidade nas práticas diárias. Um meio de comunicação que faz sentido, que é prático, que proporciona oportunidades legítimas a qualquer pessoa da sociedade, sem discriminação ou limitação.

Através dos meios de escrita convencionais e socialmente legitimados, encontramos textos que procuram conscientizar, discutir e denunciar problemas sociais. Mas são feitos dentro dos modelos dominantes de letramento.

O letramento de resistência se constitui em lugares, meios e formas que subvertem e contestam esses padrões. A exemplo, temos a pichação, que segue suas próprias regras em formas, grafismos, cores, lugares e não se regula por um padrão pré-estabelecido, mas tem como objetivo provocar incômodo.

2.2.4.2 Conteúdo dos letramentos de resistência

A resistência ocorre na produção de discursos marginalizados, um reflexo do controle estabelecido culturalmente em nosso país. As “pessoas não são livres para falar, escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são controladas pelos outros

poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia” (VAN DIJK, 2008, p. 18). Ao fugir da padronização pré-estabelecida, o discurso se torna resistente.

Algumas manifestações discursivas são explicitamente controladas pelo Estado, por meio de diversos instrumentos de poder. Gêneros textuais altamente ritualizados, como documentos públicos, devem ser produzidos, atendidos ou consumidos por meio de ações próprias e previstas, sem que seja admitida qualquer manifestação identitária individual. Por exemplo, não cabe a uma pessoa manifestar sua insatisfação com a qualidade do serviço público se o formulário a ser preenchido não fizer tal previsão. Nesses casos, vê-se claramente as instâncias de controle em operação (LIMA et al., 2016, p. 907).

Por esses exemplos compreendemos que as práticas de letramento de resistência não pertencem ao padrão normatizado e não fazem questão de pertencer. Embora esse tipo de prática não seja legitimado, tal fator não é determinante para silenciar as vozes de resistência, ou seja, sempre há uma busca por espaço de voz. Por meio de estratégias criativas nos deparamos com a resistência em meio ao mundo letrado e normatizado.

O conteúdo do letramento de resistência parece ser motivado por uma luta social latente, que tem nos grafismos sua forma de expressão e de voz. E nos leva a questionamentos como:

2.2.4.3 Quem tem direito à fala?

Culturalmente estamos inseridos em uma sociedade onde o discurso legitimado está com o homem branco. Aquele que não faz parte desse padrão é considerado o outro, fora da norma, a mulher branca, homem negro, a mulher negra, esses falam, mas não possuem espaço legitimado para a sua voz (RIBEIRO, s.d). O lugar que o sujeito ocupa socialmente determina o seu lugar de fala, uma realidade que precisa ser pensada e questionada, o sujeito-pichador ocupa um espaço para dizer algo, mas ele é ouvido? Qual a importância dessa voz e quem ela representa? Pensar sobre essas questões nos leva a compreender o letramento de resistência.

2.2.4.4 Quem tem direito à cidade?

Vivemos em uma época em que os ideais de direitos humanos têm sido deslocados do centro e do interesse dos cenários políticos conservadores, como o caso do Brasil atualmente, em que os debates sobre as questões de ordem social têm sido colocados em xeque em nome de um conservadorismo e uma direita fascista. No entanto, queremos evidenciar algo que nos

chama atenção dentro do cenário social atual que é o “direito à cidade”, termo cunhado pelo filósofo e sociólogo francês, Henri Lefebvre (2001).

A cidade ao longo do tempo se tornou um espaço de encontro, diferenças, contradições, moradia, trabalho, diferentes modos de se viver e diversos outros afazeres sociais, no entanto, um destaque à cidade é quanto à possibilidade do bem-estar que para alguns tem sido oferecido. Portanto, a urbanização, conforme propõe Harvey (2008, p. 74), sempre foi um fenômeno de classe, na qual o “excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”. Assim, o excedente e o controle sobre a distribuição sempre determinarão e responderão o questionamento: “quem tem direito à cidade?”

O direito à cidade surgiu no contexto de intensas transformações urbanísticas em Paris em 1960, na qual Lefebvre (2001) propõe uma análise pensando a construção social do espaço urbano, a partir do viés desenvolvimentista das cidades capitalistas e como que essa percepção produziria uma cidade desigual. A desigualdade para Lefebvre (2001) seria resultado da mercantilização do espaço urbano que conseqüentemente iria desfazer o sentido de *habitat*, de vivência e pertencimento com o lugar, com as pessoas, do coletivo, porque a partir deste momento a cidade experimentaria o processo de suburbanização.

Logo, para Lefebvre (2001) a compreensão da cidade capitalista na qual o seu grande fundamento seriam as necessidades individuais a partir do consumo impactaria diretamente o interesse coletivo e social das cidades antigas com seus fundamentos sociais. É esta cidade antiga que possui o sentido e o direito de habitar – *habitat*, direito à liberdade, à individualização na socialização, o direito a participar na construção da cidade, direito de apropriação dos espaços construídos, que é totalmente diferente do direito à propriedade privada, o fundamento principal do sistema imobiliário atualmente.

Portanto, o “direito à cidade” se fundamenta no direito à vida urbana, o acesso comum e coletivo nos espaços constituídos socialmente pelas diferentes esferas de poder ao povo, as pessoas que constroem os espaços públicos das cidades. O uso pleno aos lugares, ao direito de ir e vir na cidade. Harvey (2008, p. 88) acrescenta que:

[...] o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização.

O direito à cidade, portanto, propõe a democratização e socialização da vida urbana privada das cidades capitalistas. É um dos elementos que destaco neste texto quanto às revoluções urbanas propostas por Lefebvre (2001) para a mudança operacional deste sistema vicioso seria o questionamento e a imposição do processo de mercantilização da cidade, e as pichações que apontamos neste texto é um destes eventos sociais que cultivam a resistência; propondo a volta à cidade antiga aos despossuídos de terra urbana que pretendem tomar para si o controle de onde e como viver que ao longo do tempo foi-lhe impedido, para a proposição de uma outra lógica de urbanização.

2.2.4.5 Quem tem direito à escrita?

A cultura escrita, objetivada do contexto escolar, continua sendo o ideal e socialmente reconhecido, “[...] tornar-se letrado é um processo identitário, porque, em uma sociedade profundamente dividida por questões sociais, como a brasileira, o processo de inserção na cultura da escrita equivale a um processo de aculturação, com a violência simbólica aí pressuposta” (KLEIMAN, 2010, pg. 376). Entretanto, existe uma escrita resistente que sua produção não está diretamente ligada à instituição escolar, se tratando de normas, ideias e legitimação.

O texto-pichação é um modelo de escrita resistente, que tem o poder de uma complexidade em pequenas frases, não se atém a normas e estética, mas porta riquezas de significados. Provocando no seu leitor a reflexão do seu contexto social.

SEÇÃO 3 - A TINTA E O MURO

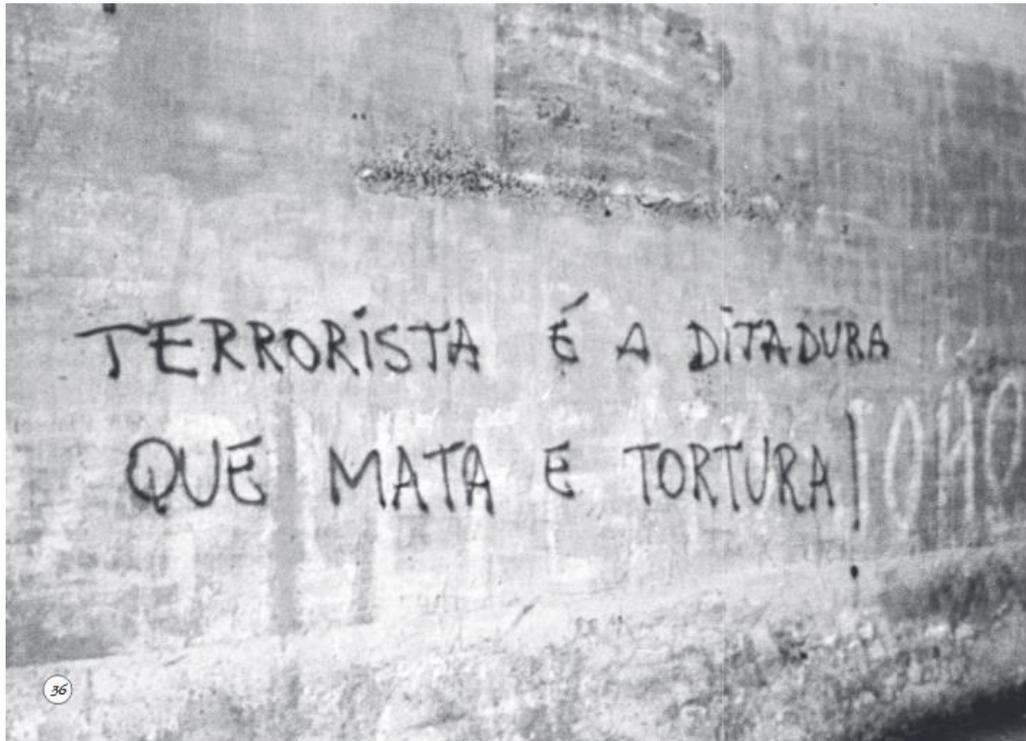
Este capítulo destina-se a apresentar o contexto das pichações no Brasil e diferenciar os perfis artísticos dos sociais e dos vandalismos. Em seguida, nos atentaremos na pichação como uma escrita transgressora que pode estar sendo utilizada como instrumento de ação política.

3.1 As pichações no Brasil

Entendendo as pichações como instrumento de ação política, esta seção fará uma discussão sobre as pichações no Brasil. De acordo com Fernandes (2011), no final da década de 1960, as pichações chegam ao Brasil como forma de protesto à ditadura. Especificamente em São Paulo, no início da década de 1970, jovens de classe média encontram na pichação um meio de expressão artística e uma forma econômica de espalhar ideias (MITTMANN, 2012).

A figura 1 mostra uma pichação em um muro com conteúdo de crítica à ditadura militar no Brasil. Fato que corrobora com Bosi (1996), ao afirmar que a população operária recorre à escrita para resistir e se posicionar aos acontecimentos sociais e políticos, na tentativa de provocar a comunidade leitora; isto ocorreu por causa dos desafios sociais de extrema opressão vivida pela população brasileira no contexto de perseguição e imposição quanto ao regime político militarista que gerou diversos enfrentamentos e resistências. Uma das estratégias identificadas seriam as pichações como possibilidade de apresentar uma leitura crítica e de não aceitação ao modelo autoritário da época. A figura 1 apresenta o quadro violento e fascista deste contexto no qual os pichadores são incisivos quando escrevem que “Terrorista é a ditadura que mata e tortura”. Interessante ressaltar que a justificativa do autoritarismo militar seria para afugentar os grupos comunistas que para os militares seriam grupos perigosos, terroristas. Por isso o contra discurso se evidencia com esta leitura crítica da figura 1.

Figura 1 - Brasília, ditadura militar no Brasil (1964-1985)



Fonte: BEHR, Nicolas, 2009.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*², dois pichadores, veteranos à ditadura, abordaram sobre pichos que tinham a intenção de despertar na sociedade os dilemas do momento político em que estavam vivendo. Dentre eles, um picho famoso no Rio de Janeiro, chamado de “Celacanto provoca maremoto” (Figura 2) – um maremoto moral, que os pichadores buscavam –, provocou curiosidade na comunidade da época e “os militares acreditavam se tratar de mensagens codificadas de uma revolução anarquista” (ESTADÃO, 16 de agosto de 2017)³.

² Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/08/07/em-acao-desde-a-decada-de-70-dupla-de-pichadores-revela-tradicoes/> Acesso em: jun. 2018.

³ Disponível em: <http://viagem.estadao.com.br/blogs/viagens-plasticas/celacanto-aquele-que-nao-provoca-maremoto/>. Acesso em: jun. 2018.

Figura 2 - Rio de Janeiro, ditadura militar no Brasil (1964-1985)



Fonte: Acervo Jornal Estadão.

A partir de 1980, os grupos buscavam ocupar espaços e marcar território. Existiam dois perfis: os que usavam códigos, restringindo a comunicação para a comunidade geral; e os que buscavam se expressar, provocar o receptor e expor a realidade das classes minoritárias. Nessa época, grupos que manifestavam seu espírito artístico e satírico ganharam força (FERNANDES, 2011); Com isto, as manifestações sociais que aconteceram nas duas últimas décadas do século XX corroboraram para uma maior evidência destas práticas principalmente com o conteúdo crítico social por causa da realidade socioeconômica brasileira naquele momento muito decadente.

No início do século XXI, com a ascensão da esquerda no Brasil, estas manifestações tomaram ainda mais lugares nos espaços urbanos brasileiros. No entanto, estas grafias ficaram mais restritas às cidades grandes e médias, de acordo com Masson (2005), e que este fenômeno não estaria presente em cidades pequenas. Isto evidencia que as pichações se tornam um evento social recente para as cidades interioranas do Brasil e, para a cidade de Itapuranga (GO), pode ser uma realidade. Até por conta do perfil histórico da formação político-conservador dos grupos que constituem a cultura itapuranguense, mesmo que estes pichos fossem criativos não seriam aceitos.

Ressaltamos ainda o que Nicolas Behr (2009) refere-se com paixão aos grupos que, para ele, iniciaram uma produção criativa, nestes contextos de crises e de mudanças na conjuntura social na qual “jogaram contra as paredes e muros toda a sua carga de criatividade,

batida, socada, acumulada nesses últimos dez anos repreensivamente revolucionários” (BEHR, 2009, p. 92).

Figura 3 - Grafite coletivo



Fonte: Behr, 2009, p. 27. Maior muro de grafitti coletivo da época. localizado na 511 sul (DF) e foi apagado dois dias depois das fotos terem sido feitas, no início da década de 1980.

As pichações contemporâneas seguem com essas características desde a década de 1980: poesias, escritas enigmáticas e denúncia social. Por outro lado, existe o fator obscuro e invasor que é a destruição de monumentos e patrimônios históricos (Figura 4 e Figura 5). A motivação é a mesma: subverter o espaço público, questionar culturas, valores e padrões. A pichação em patrimônios públicos divide opiniões, entre a depredação de algo que é sagrado para a comunidade e o grito de alguém que questiona o padrão cultural.

Figura 4 - Fonte monumental, situada na Praça Júlio Mesquita/SP.



Fonte: Acervo Site São Paulo Antiga⁴.

Figura 5 - Carlos Drummond de Andrade, Praia de Copacabana/RJ.



Fonte: Acervo Jornal eletrônico G1⁵.

⁴ Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/o-monumento-que-a-prefeitura-de-sao-paulo-abandonou/>>. Acesso em: jun. 2018.

⁵ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/12/policia-identifica-responsavel-por-pichacao-em-estatua-do-rio.html>>. Acesso em: jun. 2018.

As pichações dividem opiniões quando tratada a questão de limpeza e ordem da cidade. Para Dutra (2008, p. 66), “A sociedade brasileira ingressou no século XX condenando os valores culturais do período colonial e da cultura popular para valorizar os hábitos e valores advindos dos países europeus industrializados”. Nesse contexto, inicia-se uma reurbanização das principais cidades do país para moldá-la a padrões culturais europeus.

Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2000, p. 22).

Esse processo de reestruturação das cidades provocou indignação na população que fora excluída do processo. Houve o privilégio de um específico perfil de beleza, arte e sociedade ideais que foram simplesmente impostas. O que não cabe no conceito de limpeza e arte aqui é excluído e ditado por vandalismo, não existe equilíbrio entre as culturas, só imposição de um padrão cultural herdado do estilo europeu de viver.

3.1.1 A arte das intervenções urbanas

A arte de rua brasileira é composta por Grafite e Pichações. No Brasil, essa diferenciação é mais estabelecida do que em outros países, em que todos os tipos são denominados de *graffitts*. Segundo Furtado e Zanella (2009), a “palavra pichação não existe em outros lugares do mundo para os quais toda escrita urbana e muralismos são denominados como *graffitis*” (p. 141).

No contexto brasileiro, o grafite é conhecido como arte de rua, composta por desenhos, cores e palavras (Figura 6). Essa arte, que já é patrocinada e admirada na sociedade, não tem a intenção de agredir o espaço que eles reconhecem fazer parte. Procura, nesse sentido, através das cores e imagens do/no grafite, “desmistificar os símbolos de dominação cultural deste espaço, e evidenciar as desimportâncias urbanísticas” (RAMOS, 1994, p. 50).

No grafite encontra-se uma nova estratégia de intervenção, um diferente modo de falar que, de alguma forma, está sendo reconhecido. Cabe aqui dizer que o grafite também pode ser considerado ilegal, quando feito em lugares sem autorização prévia. Mas, segundo Ramos (1994), os grafiteiros têm uma preocupação na seleção dos locais, precisam ser pontos

estratégicos de visibilidade – sem uma possível rejeição – e, por isso, em alguns casos, buscam autorização dos proprietários.

Figura 6 - Grafite no Parque Edu Chaves/São Paulo



Fonte: Página do Blog AEC⁶

A pichação é conhecida por compor escritas legíveis, abordando temas de denúncia social, poesia, opinião política (Figura 7). Em alguns contextos pode haver desenhos e cores, mas de forma sutil, porém é compreendida como a sujeira das cidades (FURTADO; ZANELLA, 2009). Esse perfil não valoriza a estética, mas a mensagem, sempre busca por lugares valorizados socialmente, onde existe um grande fluxo de pessoas. “Aos pichadores interessa mais o ato, o rito, o aparecer, o transgredir e menos o processo criador” (RAMOS, 1994, p. 48).

Os grupos de pichadores buscam ser reconhecidos na cidade, e também por outros grupos de pichadores, por meio das suas tags⁷, estilos de contorno e frases. Não se importam com o lugar a ser pichado, se é público ou privado, mas com o ponto estratégico para ser visto por muitas pessoas (RAMOS, 1994). É comum a generalização entre grafiteiro e pichador, já que “Graffiti e pichação se apresentam, portanto, intrincados, hibridizados. O grafiteiro/pichador que grafita aqui, mas não picha ali” (FURTADO; ZANELLA, 2019, p. 148).

⁶ Disponível em: <http://blogaecweb.com.br/blog/as-cores-da-selva-de-pedra-tour-pelos-melhores-grafites-de-sampa/>. Acesso em: jun. 2018.

⁷ Tags são os codinomes usados para não serem reconhecidos.

Figura 7 - Pichação em Teresina/PI



Fonte: Foto: André Nascimento/ para Jornal online O Dia⁸

A figura 7 nos apresenta dois contextos, primeiro códigos e texto-pichação. Aqui podemos explorar a reflexão produzida pelo TL “Pixo pq existo, você me vê?” O autor do picho nos provoca a pensar sobre sua existência e sobre o seu lugar na sociedade, porém o sujeito pichador representa um grupo social de pessoas que querem ser vistas, ouvidas e determinarem o seu lugar no mundo. Comportamento explicado por Miskolci, quando afirma que a “estética da existência só é possível como devir, quando desconstrói as representações sociais que criam e impõem identidades” (2006, p. 690).

O pichador está nesse momento intencionalmente questionando sua representação social no mundo, ele picha (escreve, fala, diz, pensa, expressa), mas é visto/ouvido/valorizado? Quem o vê? Como o vê? Deleuze ao dizer que a “arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha” (1992, p. 215), nos inspira a acreditar que o pichador se utiliza desse meio para resistir e existir. “A estilística da existência busca modificar as relações ancoradas na tradição e na norma e não por acaso emergiu das sombras em que antes viviam aqueles cujo preconceito social os inferiorizava ou invisibilizava” (MISKOLCI, 2006, p. 690).

Atentar para quem ele é como ser social, o faz acreditar que faz parte de uma sociedade em que foi aceito como participante. A invisibilidade é sinônimo de fracasso, de inexistência, e isso gera a necessidade de ser visto para existir.

⁸ Disponível em: <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/o-dilema-da-pichacao-arte,-manifestacao-legitima-ou-vandalismo-285688.html>>. Acesso em: jun. 2018.

Figura 8 - Pichação em Sorocaba



Fonte: Fernando Rezende, para jornal online O diário de Sorocaba⁹.

Há outra face da pichação: os códigos que cada grupo de pichadores desenvolve para se comunicar entre si, sem o entendimento da população em geral (Figura 8). Os pichadores não buscam autorização para pichar nos lugares onde escolhem, o que dá um caráter marginal à prática e em muitas vezes se trata de rabiscos que não são legíveis para o restante da sociedade. O sujeito-pichador não se importa com o perigo e ilegalidade da prática, quer, com a adrenalina, marcar seu território, mesmo que precise escalar prédios e invadir propriedades públicas e privadas a fim de pertencer a um lugar.

Assim, os escritos considerados “indecifráveis”, mais estariam relacionados a uma interpretação em relação ao que considera pertencente (ou não) a esse espaço; a ilegibilidade dos textos urbanos, nesta lógica, passa por uma significação do sujeito incluso do lado de “dentro” do muro, que não “permite” reconhecer outros signos e escritas que não sejam as formais (QUEIROZ, 2016, p. 18).

Para esta pesquisa, nos interessa o texto-pichação e serão ignorados os códigos, pois essas “[...] intervenções urbanas não usam apenas palavras e desenhos para se expressar, [...] trata-se de criativas intervenções, sempre variando a forma de atuação, o suporte e o modo de expressão” (LASSALA, 2010, p. 25). Códigos que são usados para restringir a comunicação

⁹ Disponível em: <https://www.diariodesorocaba.com.br/noticia/241046>>. Acesso em: jun. 2018.

apenas ao grupo de pichadores, podem ser para marcar território ou motivações específicas de cada grupo.

3.2 As pichações como instrumento de ação política

As pichações estão presentes nas cidades brasileiras em vários locais: muros, construções, viadutos, em patrimônios privados e públicos. Eliane Marquez Fernandes (2011, p. 241) define que “essas inscrições são denominadas pichações que invadem locais de visibilidade e agridem a visão do transeunte urbano”. Tais práticas são definidas como uma forma de violação, já que infringe a lei, Art. 65 da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98:

Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011)

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.408, de 2011).

Segundo a lei 9605/98, o ato de pichar é crime, com penalidade prevista. Os pichadores são cientes dessa condição, mas escolhem continuar efetuando tal ação. Dada a ilegalidade, concebemos as pichações como práticas de resistência, não aceitando a condição de subsistência à qual foram designadas pelo sistema segregador (PADILHA, 2013). Kleiman (2005) considera as pichações como práticas de escrita que produzem mensagens, vozes que lutam por espaço e lutam para serem ouvidas, pelo direito ao espaço, ao lugar, à cidade, à visibilidade e à existência.

A discussão de Padilha (2013), diante desse cenário, dá-se na realidade vivida por uma comunidade em que o picho quer expor e enfatizar que estamos numa estrutura social excludente, onde essas escritas se tornam o grito que a sociedade desconsidera e questiona. “Apesar de saberem que esta forma de expressão é temporária, podendo ser apagada, os pichadores têm a necessidade de serem notados, tanto por grupos de pichadores, quanto pela sociedade em geral” (Figura 9) (PADILHA, 2013, p. 19).

Figura 9 - Zona Sul de São Paulo, funcionário da prefeitura pinta o muro para apagar a pichação



Fonte: Revista eletrônica Veja¹⁰

A figura 9 se destaca ainda por um processo de higienização-sanitarista (VILLAÇA, 1997) que foi e está em evidência nas cidades brasileiras por parte dos poderes públicos e de sua relação pervertida com o mercado imobiliário, como agente regulador da produção urbana que começa a dar forma e embelezamento para a cidade. A ideologia higienista no Brasil tem como marco temporal os séculos XIX e XX com a expansão das áreas urbanas de algumas capitais brasileiras como o caso do Rio de Janeiro e São Paulo.

As reformas urbanas, citadas nos trabalhos de Flávio Villaça (1997) e Afonso Sobrinho (2011), durante a república velha e a nova república tinham como interesse dar um melhor visual, ou embelezamento ao espaço urbano com a principal finalidade de atrair investimentos estrangeiros e também da valorização de determinadas espaços da cidade; no entanto, o contexto de higienização brasileiro vai além da limpeza visual de pichos e limpeza de ruas, muros, paredes. Os primeiros exemplos de higienização removem pessoas, famílias, comunidades inteiras não levando em consideração as suas vivências e pertencimentos aos seus lugares. E este ato ainda está associado ao processo de gentrificação dos espaços urbanos. A “Gentrification” é um conceito criado pela socióloga britânica Ruth Glass que trata da valorização de áreas urbanas por conta de projetos imobiliários que consequentemente inviabilizam o direito à cidade, a vilas e favelas, e logicamente esses grupos sociais terão o seu

¹⁰ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/desde-o-inicio-do-ano-70-foram-detidos-por-pichacao-em-sao-paulo/>>. Acesso em: jun. 2018.

direito à cidade inviabilizado. Por isso o processo de higienização vem caminhar junto com a gentrificação, pois a limpeza vem a ser e estar associada à valorização de áreas por conta da produção capitalista da cidade, é neste momento que as remoções sociais acontecem.

A higienização sanitária, portanto, está associada à limpeza social, à pobreza, ao embelezamento do espaço urbano, por conta da valorização de determinadas áreas e principalmente por causa do “desejo utópico de uma cidade limpa e sustentável, como ideologia elitista” (SOBRINHO, 2011, p. 210), contraditório isto, não! Se busca uma cidade sustentável para algumas classes sociais, independentemente se este processo proporcionar insustentabilidade para outros grupos. Pois bem, os processos de limpeza e deslocamento populacional que ocorreram e ocorrem no Brasil estarão sempre associados a ideologias elitistas que buscam inviabilizar o direito à cidade de grupos com menores possibilidades de consumo e uso da cidade, por isso, os movimentos populares resistem e buscam ser ouvidos.

Com isso as relações de poder que circulam entre os espaços políticos representados por um determinado grupo, neste contexto a equipe gestora da cidade de São Paulo (figura 9), têm seus interesses voltados a inviabilizar o cotidiano de outros grupos que necessitam do aparelho estatal para sua permanência na cidade. Nesse sentido, um grupo de pessoas, que são atores da constituição e da organização espacial das cidades, influencia totalmente os padrões de beleza que se espera para as nossas cidades. Esses atores investem em projetos que constituam e hegemonizem as classes privilegiadas no Brasil.

Por outro ângulo, a pichação para os grupos sociais subalternizados vai de uma expressão cultural e artística; constitui um instrumento político (figura 9) que possibilita visibilizar seus discursos que nem sempre são ouvidos e vistos. Ao “limpar” o muro das pichações, limpa-se também as marcas deixadas pelo corpo político, o sujeito histórico que picha. Elimina-se o “evento”, o “encatamento”.

Essa guerra põe em cena um sistema de forças para justificar a invisibilização do sujeito, apagando da paisagem urbana as memórias de processos de gentrificação urbana, favelização e também de segregação, conforme nos mostram os estudos de França (2010) e Marques (2014). Ademais, os pesquisadores apontam para os diversos desafios que sujeitos invisibilizados têm frente às desigualdades vividas em São Paulo, principalmente pelas comunidades que vivem em favelas, na sua grande maioria, constituídas por negros.

As desigualdades sociais nas cidades brasileiras formam o extrato de um sistema capitalista e colonialista que se reproduz a partir de suas diferenças no urbano. Os indivíduos sujeitos ao processo de subordinação em relação aos sujeitos de classe, de classe média-alta ou alta, estão sempre vivendo em processos de intensa reprodução dos processos urbanos como:

segregação, diferenciação, racismo e outros. Esses fatos são estratos que se exprimem no espaço urbano, cujo espaço se torna palco de conflitos sociais onde os atores encontram na pichação um lugar para expor suas indignações e opiniões.

As pichações estão livres, buscando espaço e podem, então, provocar reflexões mediante seus enunciados. Isso promove a participação nos eventos de letramento (MARCUSCHI, 2001). Mesmo com palavras escritas fugindo ao padrão normativo da língua portuguesa, porém, buscando outros padrões com direito à escuta, é possível identificar vozes que representam uma parte da sociedade que busca ser ouvida.

É notório que o indivíduo letrado não é apenas aquele que domina a leitura e a escrita, mas que domina práticas de letramento. Nesse sentido, “[...] a escrita é considerada manifestação formal do letramento, mas isso não quer dizer que só a escrita que aprendemos na escola é a correta. Existem outros agentes de letramento que envolvem variadas práticas da escrita” (SÁ, 2015, p. 301).

Os pichadores participam de um evento de letramento quando publicam frases contestadoras e reflexivas em ambientes onde podem manifestar resistência. E, para determinados grupos, como, por exemplo, o do Hip-Hop, essa resistência está associada a um movimento político.

Pesquisado por Souza (2009), o Hip-Hop mostra grafias sociais impostas por grupos negros, que resistem a um padrão cultural racista, colonizador e branco, imposto há diversos séculos. Grupos subalternizados, então, utilizam-se da escrita como poder estratégico para resistir e reexistir diante de uma sociedade que constrói padrões velados da forma como observa e julga o outro.

As pichações são uma possibilidade de trazer à tona a invisibilidade de grupos sociais. Levando isso em consideração, percebe-se essa atividade como meio de participação social de grupos que lutam para resistir ao modelo de sociedade atual.

Na perspectiva pós-estruturalista [...] existe a percepção de que qualquer conhecimento e qualquer ação estão sempre marcados por pressupostos culturais, ideológicos e morais que têm valorização diferente, socialmente atribuída por diferentes comunidades. Conforme prestígio de uma comunidade em relação à outra, tanto mais ou menos legitimidade terão os procedimentos interpretativos – e os conhecimentos que deles derivam e que ela avaliza (JORDÃO, 2007, p. 23).

Esses sujeitos encontram no picho o meio de expor o que acreditam, para tal, saem da sua comunidade a fim de se expressar, mas não há garantia de que ele será ouvido. “O

entendimento de que há uma mensagem social através da prática da pichação é aparentemente desconsiderado pela sociedade” (PADILHA, 2013, p. 18). A mensagem que é desconsiderada e/ou desvalorizada pelo olhar do outro, que vive em uma realidade diferente do pichador, pode ser distorcida, uma vez que esse outro, o leitor, pode interpretar de várias formas o que lê e pode fazer inferências no texto escrito.

Existem tipos diferentes de sujeitos que praticam a pichação, de diferentes classes e realidades. Os pichadores encontram, nessas práticas, o meio de comunicação social. Querem falar algo para a sociedade, seja um aviso, um alerta, uma denúncia ou poesia. Às vezes, nesses textos, contêm palavrões e apologia sexual, com o intuito de chamar a atenção, transgredir, subverter e violar. Mas o enunciado é sempre pensado no leitor que, independentemente de sua vontade, o lê, estabelecendo uma comunicação direta.

Esse fato reforça ainda mais o olhar para a pichação como um fenômeno comunicacional urbano, isto é, “produzidos por comunidades que, por se sentirem excluídas do espaço social e/ou midiático, propõem formas de comunicação alternativas como resistência às normas sociais, ao *status quo*, ao oficial e normatizado; e como fenômenos comunicacionais globais” (DUARTE, 2002, p. 03).

Paulo Faber (2014) faz uma análise sobre o modo de produção de escritas urbanas no Brasil e traz uma discussão acerca da criação de grafites e pichações que surgem com o caráter de resistência, porém o grafite aos poucos se tornou comercial. O grafite sofreu “algo como a domesticação que aconteceu nas últimas décadas” (p. 86). O autor acredita que o uso comercial desarma os grupos de pichadores e grafiteiros mudando seu caráter de invasor para comercial.

As pichações foram excluídas do processo de comercialização, mas continuam com a sua identidade forte e presente na cidade. Não existe interesse no comércio de pichos, por causa do perfil contestador e libertário. Uma das características fortes deles é dizer o que querem e não o que esperam deles.

Faber (2014) nos remete às inscrições nas paredes das salas de aula e banheiros da escola. O pesquisador defende que pode ser o início do caminho percorrido pelo sujeito-pichador. Na escola, ele é repreendido, reprimido e depois de vencer os muros da escola, ganha a cidade. Concomitantemente, esse sujeito tem contato com os letramentos hegemônicos, aprende a ler e escrever e encontra na escrita a possibilidade de dar voz aos seus pensamentos, contudo subvertendo os modos de produção hegemônicos. O pichador poderia utilizar o papel, as páginas das redes sociais, porém existe uma resistência e uma necessidade em dizer rompendo com os padrões hegemônicos.

Não lhe basta mais seu corpo, eles tomam de assalto a cidade, constroem um novo corpo, um coletivo, uma *crew*¹¹. Você não viu o fulano, mas vai perceber os Isentos Podres, eles vão se fazer notar, causar alguma coisa, uma pequena alfinetada, mas que pode abalar uma estrutura. De outro modo eles também são afetados, tornam-se outros. Ao construírem uma máquina, escapam de outra que os entediava, na qual já não se sentiam vivos. Garotos que não querem mais sentar-se pra ver sessão da tarde na TV, deixarem-se controlar pelo controle de videogame. Querem tomar as ruas, não importa se é crime ou não (FABER, 2014, p. 90).

O autor contribui para que tenhamos uma compreensão das motivações dos grupos de pichadores na cidade. Enfatiza a inconformidade do sujeito em ser mais um não visto. Nessa perspectiva, a resistência consiste nos padrões esperados para jovens e adolescentes pela sociedade. Isso vigora nas palavras do autor, quando afirma que a sessão da tarde não satisfaz esses jovens, os quais rejeitam ser controlados e buscam o comando das suas ações.

Acresce que os sujeitos pichadores encontram no uso da escrita uma forma de dar perenidade ao discurso que oralmente se perde, ou não alcança o público e a quantidade de pessoas a qual tem intenção de atingir. Eles, então, encontram na escrita o seu meio. O texto-pichação é

[...] institucionalmente compreendido como uma inscrição com caráter essencialmente depredatório, representa, por vezes indícios de reivindicação de discursos de si/sobre si dos sujeitos que de alguma forma estão/sentem-se desprivilegiados, apagados, assujeitados social, e/ou politicamente; ou indícios de sujeitos que requerem para si certa identidade que se pretende visível (ARAUJO, 2017, p. 43).

De fato, o ato de pichar consiste na luta do sujeito em driblar o silenciamento condicionado pela cultura social. Por outro lado, “o piXo flerta com a criminalidade, identifica-se com a ideia de contestação, ainda que por vezes de forma não muito clara entre alguns, às regras sociais” (ARAUJO, 2017, p. 45). As motivações que levam os grupos de pichadores a praticarem suas ações não amenizam a ligação da prática de pichar com a criminalização do ato, por isso resistem.

Uma forma explícita de resistir é dar duração ao seu discurso, algo que a oralidade não permite. De fato, a escrita com tinta em paredes se tornou um meio de eternizar discursos, porém quem seria o sujeito por trás dessa tinta? “Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem;

¹¹ Crew é uma espécie de assinatura de um inscitor urbano ou grupo (Tag).

trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer” (FOUCAULT, 2001, p. 271).

O autor da pichação se manifesta. Porém, nem sempre coloca sua voz, pois, muitas vezes, a sua voz representa uma voz coletiva. Foucault, quando define o ato de escrever e o lugar do escritor entre escrita e sujeito de uma linguagem, nos leva a refletir sobre a motivação de quem está por trás da escrita. Para Araújo,

O piXo é uma escrita publicada e veiculada essencialmente como “transgressora”, e cabe também a esse autor esperar seus méritos a serem reconhecidos e recompensados por algum tipo de pensão simbólica ou real. Ele estará sempre na posição ambígua entre o temor da punição e a expectativa de recompensa (ARAÚJO, 2017, p. 50).

O texto-pichação pode estar motivado por uma inconformidade ou simplesmente pelo fato de quebrar regras. E não são as experiências escolares que estão determinando esse tipo de escrita, mas suas experiências sociais, que nem sempre são compreendidas. Consequentemente, encontram nos muros e paredes, sejam público ou privado, a acessibilidade de falar.

As mídias hegemônicas monopolizam a circulação de informações, posicionamentos políticos e as realidades sociais. Fato que motiva grupos de pichadores em buscar outros meios acessíveis para expor a mais pessoas suas reflexões e resistências aos padrões culturalmente impostos.

Como evidenciado nessa seção, o texto-pichação é uma prática de escrita de resistência, que, definida por Bosi (1996), explora temas hostis em relação ao modelo de ser humano pré-determinado, uma escrita que subverte conceitos coloniais. O picho é a voz de quem não tem espaço de fala, a voz que grita no muro, não só para ser ouvida, mas busca levantar questionamentos através de uma escrita de resistência.

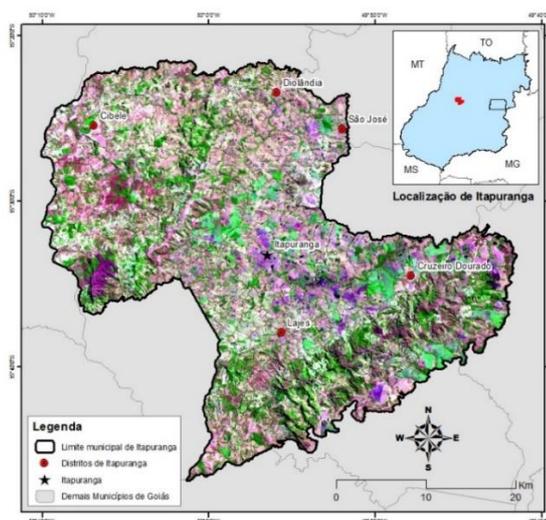
SEÇÃO 4 - ROLÊ¹²: AS PICHACÕES E A RESISTÊNCIA EM ITAPURANGA (GO)

Nesta seção, uma análise do conteúdo do texto-pichação será feita a partir das observações de como as pichações são usadas no contexto da cidade de Itapuranga (GO). Ouvir as vozes que buscam, por meio da pichação, se expressar e, assim, poder identificar se existe resistência e como ela acontece dentro da realidade de uma cidade interiorana.

4.1 O cotidiano da cidade de Itapuranga (GO)

O município de Itapuranga (GO), segundo dados do IBGE, está localizado no interior do Estado de Goiás, região Centro-Oeste do país, na mesorregião do Centro Goiano, pertencente à microrregião de Ceres, no entorno do Vale do São Patrício, com uma área aproximada de 1.277 km². Dados do último censo, realizado no ano de 2010, apontam uma população de 26.125 habitantes, com uma densidade demográfica de 20,47 (hab/km²). Entre esses habitantes, 4.890 (quatro mil oitocentos e noventa) residem no meio rural e 21.235 (vinte e um mil duzentos e trinta e cinco) residem no meio urbano. Para o ano de 2019 estima-se uma população próxima de 25.768, em decréscimo aos últimos censos no que diz respeito à taxa de crescimento vegetativo do município. Na figura 10 abaixo é apresentado um mapa com a localização do município.

Figura 10 – Mapa de localização do município de Itapuranga (GO)



Fonte: Ferreira (2019)

¹² Rolê – sair para praticar o picho. Gírias de pichadores. Disponível em: <http://xarpicho.blogspot.com.br/2015/09/girias-dos-pichadores.html>> Acesso em: maio 2018.

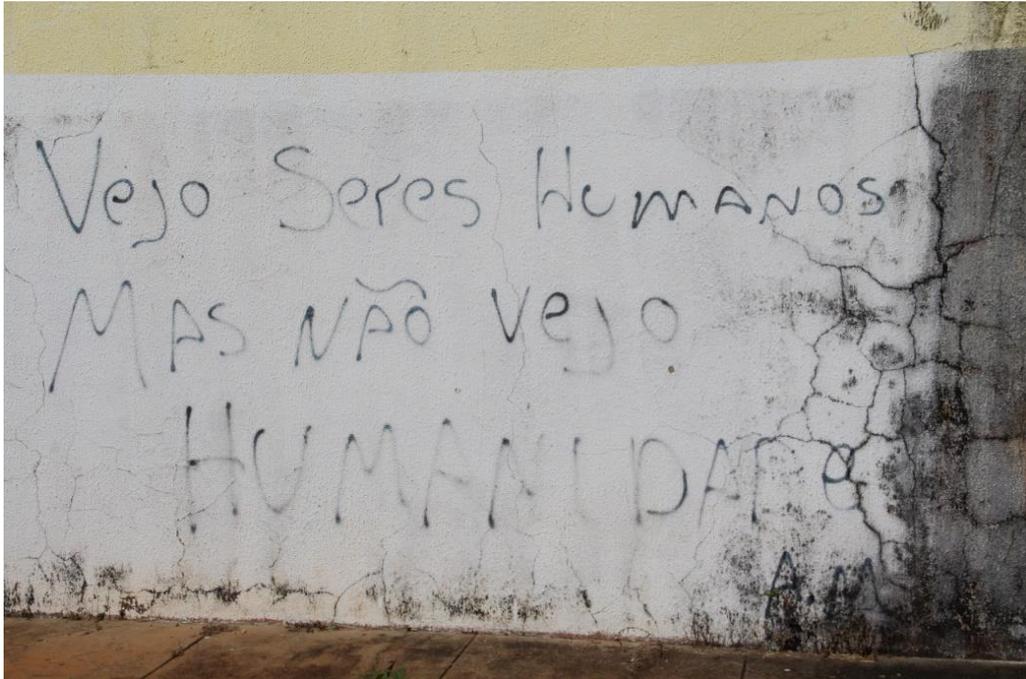
Para Marins (2016) e Rezende (2017), os problemas urbanos, como a segregação e fragmentação urbana - frutos da desigualdade social, têm se tornado a cada ano mais intensos e visíveis no pequeno município de Itapuranga. E isso acontece principalmente por conta do processo de valorização e investimentos públicos e privados em determinadas regiões da cidade, o que, conseqüentemente, precariza ao extremo outras regiões e lugares da cidade.

Um dos frutos desse processo de segregação, para Rezende (2016), é a expansão da malha urbana de Itapuranga sem o devido planejamento, o que irá impactar diretamente nos padrões da qualidade de vida da sociedade que teria direito à cidade. Esses problemas vão acender um alerta quanto à expansão urbana e ao crescimento desordenado na cidade, produzindo diversos problemas de ordens ambientais, sociais e outros. Um exemplo das ocupações irregulares são as áreas de apropriação de Reservas Legais ou Áreas de preservação permanente, impróprias para o uso.

Por isso, o direito à cidade se torna um privilégio das classes com maior capital financeiro para ter acesso às infraestruturas e aos serviços públicos oferecidos em determinados lugares da cidade. Portanto, o direito à cidade é medido conforme o capital que o indivíduo possui, logo, reproduzindo um espaço urbano cheio de fragmentos. Itapuranga é uma cidade pequena, mas já organizada pela lógica das médias e grandes cidades brasileiras.

[...] Em Itapuranga é visível, até para os olhares desatentos, a grande “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições e conflitos não é explicitada, o que dificulta compreender a complexidade da produção e do consumo do e no espaço (RESENDE, 2017, p. 15).

Alguns elementos das desigualdades não estão explícitos para a compreensão dos sujeitos envolvidos nesses processos de produção e reprodução das cidades. No entanto, outros elementos se apresentam como forma de resistência e compreensão, como é o caso das pichações que, para a realidade de Itapuranga, se organizam como forma de questionar as contradições e conflitos que estão explícitos no direito à moradia, educação, saúde e infraestrutura básica como: vias asfaltadas, água encanada, energia, galeria pluvial, áreas verdes e outros temas que serão colocados nesta pesquisa. A Figura 11 - Picho 3 questiona a desumanidade no meio social, se somos seres humanos e o porquê da falta de humanidade. As paredes gritam e problematizam a realidade dura sofrida por classes menos favorecidas.

Figura 11 – Picho 3

Fonte: Ferreira (2018)

Alguns casos relatados serão, inclusive, questionamentos ao poder público municipal e estadual sobre a responsabilidade da produção de uma sociedade mais justa. Rezende (2016, p. 64) faz a seguinte ponderação:

[...] o Estado possui um estreito laço de articulação com as classes altas, sem ferir os interesses da mesma. Desta forma, surge uma estrutura urbana de caráter dualizado[...] uma organização espacial corporativa e fragmentada, na qual as elites podem controlar a produção e o consumo do aparelho urbano. Utilizando-se de instrumentos ligados ao Estado e o mercado imobiliário, selecionando quem pode ou não residir em determinadas áreas.

No caso citado, essas considerações foram feitas a partir da compreensão do processo de segregação e periferização para a cidade de Itapuranga. Além disso, Marins (2016) coloca outros elementos, questionando o poder público municipal no que se refere ao processo de segregação em Itapuranga:

[...] Itapuranga sofre pelo processo de segregação imposta pelos atos governamentais, incluindo a seletividade espacialmente estratégica que ocorre na execução dos programas sociais de moradia. Conforme os dados apresentados, os quatro bairros segregados são advindos destes programas sociais que vem em parceria entre os governos. As moradias foram doadas, porém o problema é onde elas foram construídas e como a prefeitura age ou não em prol do desenvolvimento destas regiões segregadas. Passam-se anos e

anos e nada, ou muito pouco é feito para desenvolver esses locais que tanto necessitam de uma infraestrutura básica, de equipamentos públicos comunitários (MARINS, 2016, p. 72).

Portanto, essa é a cidade que iremos destacar a partir dos sujeitos pichadores de quem buscamos ouvir as vozes, ao evidenciar, por meio de seus escritos e desenhos, os diversos conflitos, desigualdades, segregações, violências e outras questões que nem sempre ficam visíveis para a população geral de Itapuranga. As vozes exprimem, neste caso, a resistência ao sistema e ao processo de produção das cidades capitalistas que buscam suprimir as vozes dos diferentes grupos sociais que constituem a realidade das cidades brasileiras.

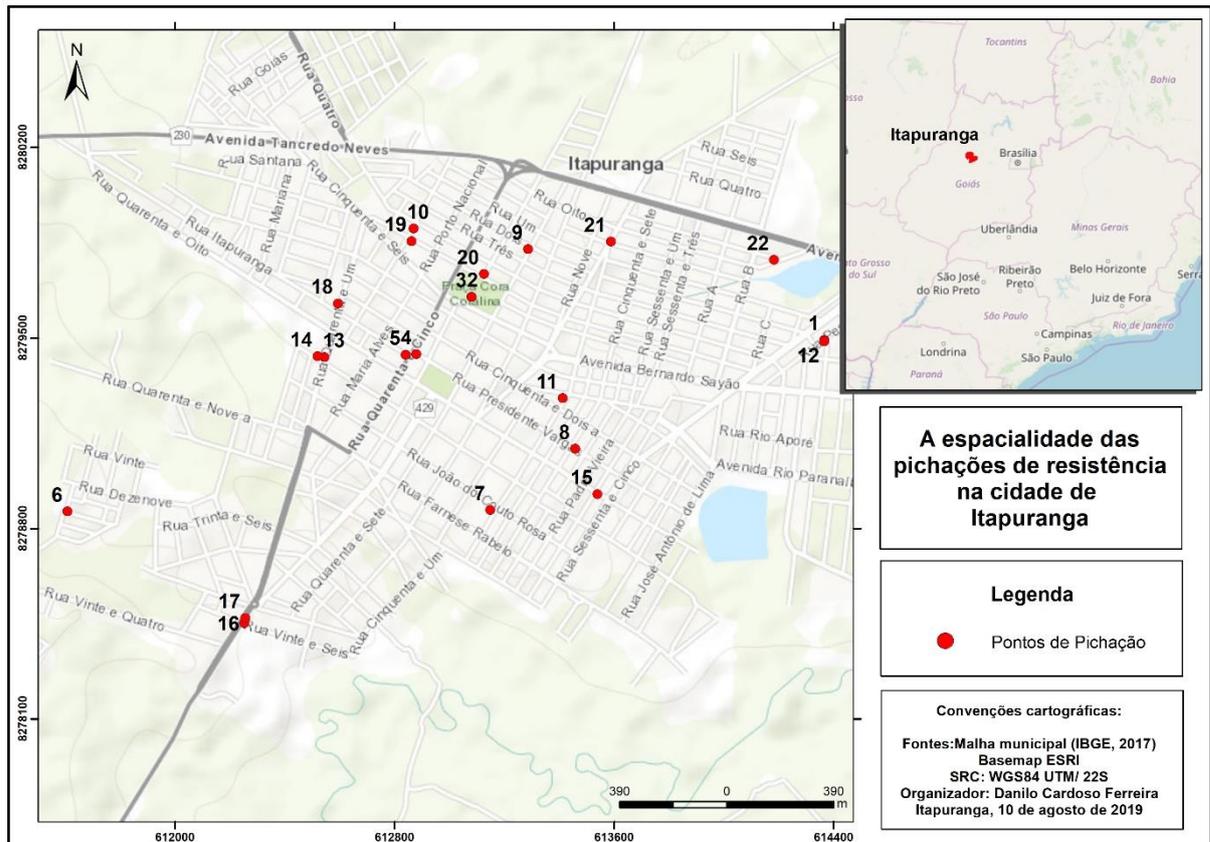
4.2 O que as paredes das ruas têm a dizer?

As pichações são conhecidas por apropriação de espaços alheios, sejam eles públicos ou privados. O sujeito pichador invade determinado espaço para deixar sua marca. É isso o que acontece em Itapuranga (GO). Pichações estão distribuídas em pontos estratégicos na cidade. Como já vimos, a cultura do picho para uma cidade interiorana de Goiás já é um símbolo de resistência diante da realidade e do contexto social da cultura local. Diante disto, as análises nos levam à busca pela compreensão sobre que vozes são essas. Mesmo diante de um modelo cultural hegemônico, os sujeitos-pichadores têm interesse em ser ouvidos, com objetivos claros de questionar os padrões sociais, políticos e culturais impostos.

Alguns elementos nos chamam a atenção na maioria dos pichos: o conteúdo expresso, a espacialidade na área urbana, a resistência, dentre outros.

Quanto às espacialidades das pichações, a Figura 12 ressalta uma hipótese da nossa pesquisa, na qual, percebeu-se, com as primeiras idas ao campo, que existe uma concentração dos registros nas áreas centrais da cidade, onde há bom acesso e visualização por parte da população local. Logo, isso nos leva a compreender que além da resistência em colocar as vozes a serem vistas socialmente, os pichadores ainda possuem estratégias que definem onde, como e o porquê dos registros por intermédio dos pichos.

Figura 12 – Mapa de localização das pichações Itapuranga (GO) 2018/2019



Fonte: Elaborada pela autora

4.3 Pichações e resistência em Itapuranga (GO): existência social

Uma cultura de identidade hegemônica produz angústia em quem sente não pertencer a esse padrão cultural. Tais sentimentos são provocadores do grito para um pichador, que encontra no ato de pichar não somente seu espaço de voz, mas um espaço para inserir sua marca de existência como sujeito que participa das relações sociais da uma comunidade.

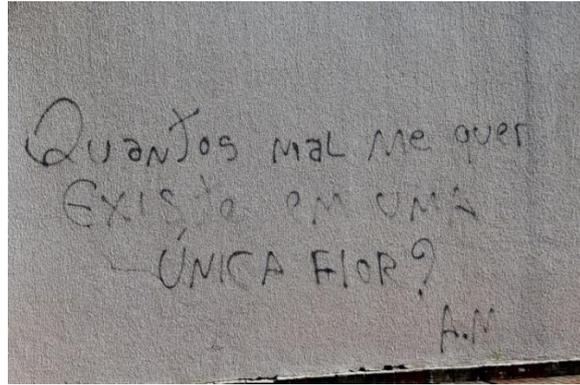
No Quadro 1, temos o catálogo das pichações que fazem alguma reflexão sobre existência e ética. Essa temática cobre 50% das pichações coletadas na cidade de Itapuranga (GO). Nos textos que veremos a seguir, percebe-se a necessidade desse sujeito de se expressar, seja com um trecho de música ou poema, ou por meio de provérbios populares. Mas cada picho é articulado para provocar seu leitor. Vejamos o Quadro 1:

Quadro 1 –Pichos que portam mensagens de cunho de existência e ética

Picho 1.	Seja o amor de sua vida. (S.G.)
Picho 5.	Malandragem de verdade é sobre viver. (A.M.)
Picho 6.	Quantos mal me quer existe em uma única flor? (A.M)
Picho 7.	Escute antes de falar.
Picho 10.	Ela é louca é mágica ã há mentiras em seus sentimentos
Picho 11.	A arte de ser louco é jamais cometer a loucura de ser normal. (Raul. S.)
Picho 13.	Muita mente pequena para muita boca grande.
Picho 17.	Dinheiro é o mal. Mas me diz quem não quer
Picho 18.	O amor tem muitas vírgulas mais nunca um ponto final. (J.M)
Picho 21.	Cuidado com o medo ele adora rouba sonhos (A.M)
Picho 22.	Cabe em um olho, mas pesa uma tonelada.

Fonte: Elaborado pela autora

Na Figura 13 - Picho 1, “Seja o amor da sua vida” (S.G), a valorização de si e o amor próprio estão ressaltados. Trata-se de uma mensagem provocadora, pois quando fazemos um paralelo ao contexto cultural que temos no Brasil, definido por padrões estéticos precisos e relacionamentos possessivos e agressivos, nos deparamos com uma sociedade dependente de aprovação/aceitação para se enquadrar no padrão cultural (MISKOLCI, 2006). O picho, como prática de intervenção urbana, entra em ação a fim de expor ao seu público leitor como pode estar cedendo a um modelo identitário embasado em uma ética fundamentalista da sociedade contemporânea.

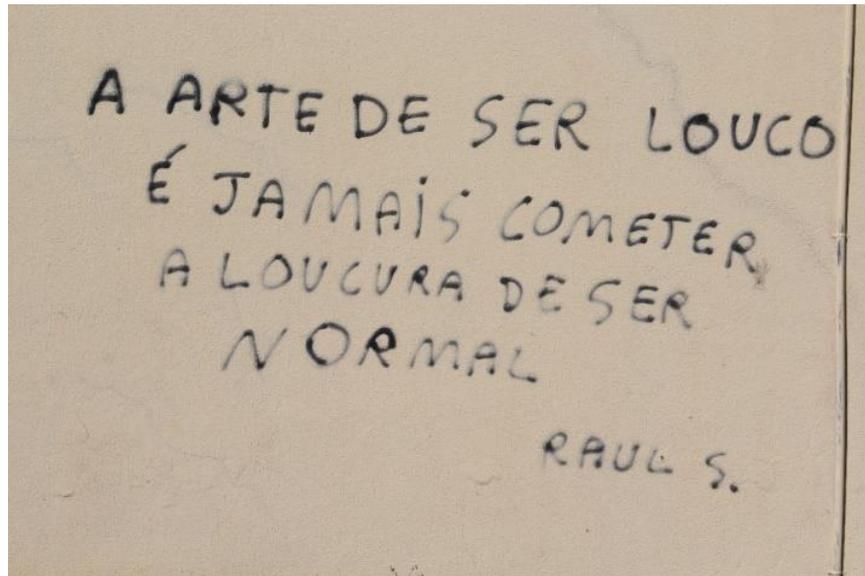
Figura 13 - Picho 1**Figura 14 - Picho 6**

Fonte: Ferreira (2018)

Na Figura 14 - Picho 6, “Quantos mal me quer existe em uma única flor?” (A.M), a referência vem da margarida, uma flor que também é conhecida como bem-me-quer e malmequer, o que derivou de uma brincadeira de criança com as pétalas dessa flor. Nesse picho, A.M vai além ao indagar: “Quantos mal me quer existe em uma única flor?”. A vida social de uma pessoa está sujeita a vitórias e fracassos. Martins (2003), em seu estudo, ressalta a desestabilização da referência de mundo que atinge as pessoas provocando obstrução de perspectiva de vida e futuro do sujeito. A.M sugere essa discussão com o texto-pichação (Figura 14), pois temos uma vida, mas nessa vida quantas derrotas conseguimos aguentar? Quantas rejeições? Quantas frustrações? É uma citação também muito utilizada pelos enamorados para representar suas desilusões e conquistas amorosas.

Partimos do pressuposto de que o letramento é prática social, que vai além do simples fato de aprender a escrever. No Picho 6, a escrita explora sua função e levanta questões para aqueles que circulam pela cidade. As práticas de letramentos e os eventos de letramento podem ser identificados através da produção de sentido que o pichador e seu texto produzem. De acordo com Barton (1993 apud Terra, 2013, p. 48), as práticas letradas ou “práticas de letramento são formas culturais generalizadas de uso da língua escrita, nas quais as pessoas encontram inspiração para a vida. No mais simples dos sentidos, as práticas de letramento são o que as pessoas fazem com o letramento”.

Figura 15 - Picho 11



Fonte: Ferreira (2018)

Na figura 15 - Picho 11, “A arte de ser louco é jamais cometer a loucura de ser normal”, um trecho da música de Raul Seixas é colocado às vistas e provoca com a questão: o que é ser normal? Os pichadores defendem suas práticas como arte de rua, o que contrapõe o Art. 65 da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98, conhecida pela comunidade que reproduz e condena essas práticas. Defender sua arte é loucura, querer se expressar e precisar fazê-la no escuro da noite, longe dos olhos das pessoas, fugindo da condenação de uma sociedade que prioriza um padrão cultural que não contempla todos os tipos de arte.

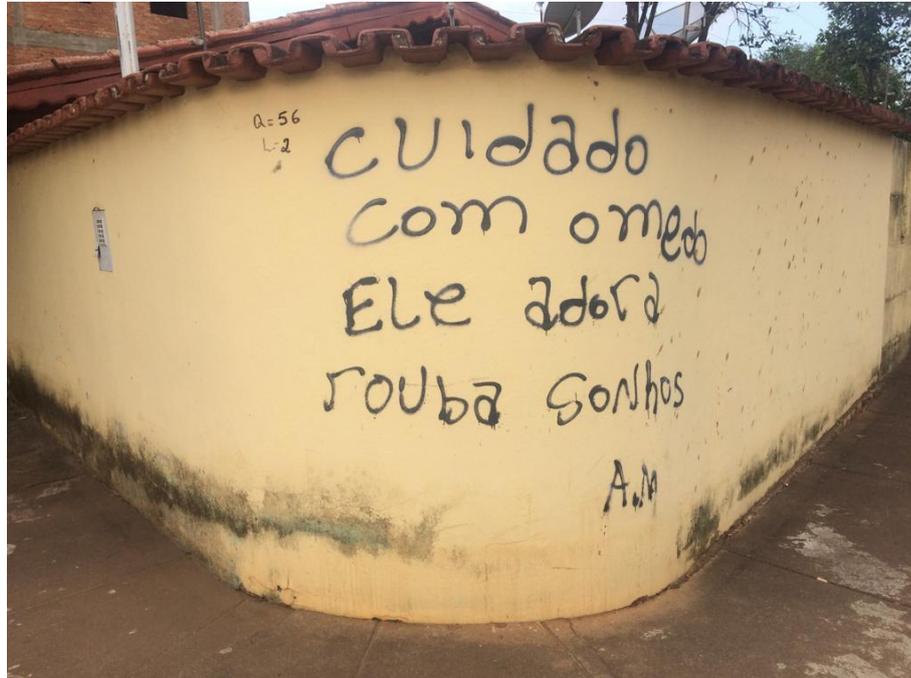
Rodrigues (s.d), em seu estudo *Caligrafias do urbano*, entrevista pichadores da cidade de Goiânia (GO). KNOX, um dos entrevistados, levanta essa discussão ao dizer que

O pixo é arte porque o pichador, ele pensa nas letra, inventa as letra, estuda as letra, pratica pra depois passar pro muro cê entendeu? Não é só chegar e fazer rabisco, a pichação tem um significado e cada um expressa ele do jeito que consegue. É uma arte da rua e não da burguesia.

O picho, na perspectiva de KNOX, é uma prática considerada como arte, pois é articulada, exige motivação, organização e estudo por trás das letras que são mais do que apenas rabiscos, pois portam significado e representam um sujeito, uma voz, um sentimento. E ainda argumenta como essa arte representa a parcela da comunidade que não é a burguesia, é o outro (DJAMILA, 2017).

Na figura 16 - Picho 21, “Cuidado com o medo ele rouba sonhos”, A.M nos remete a essa realidade de uma frase conhecida por estar nos muros do Brasil, reforçando o ideal de lutar por aquilo que se acredita e não deixar de viver.

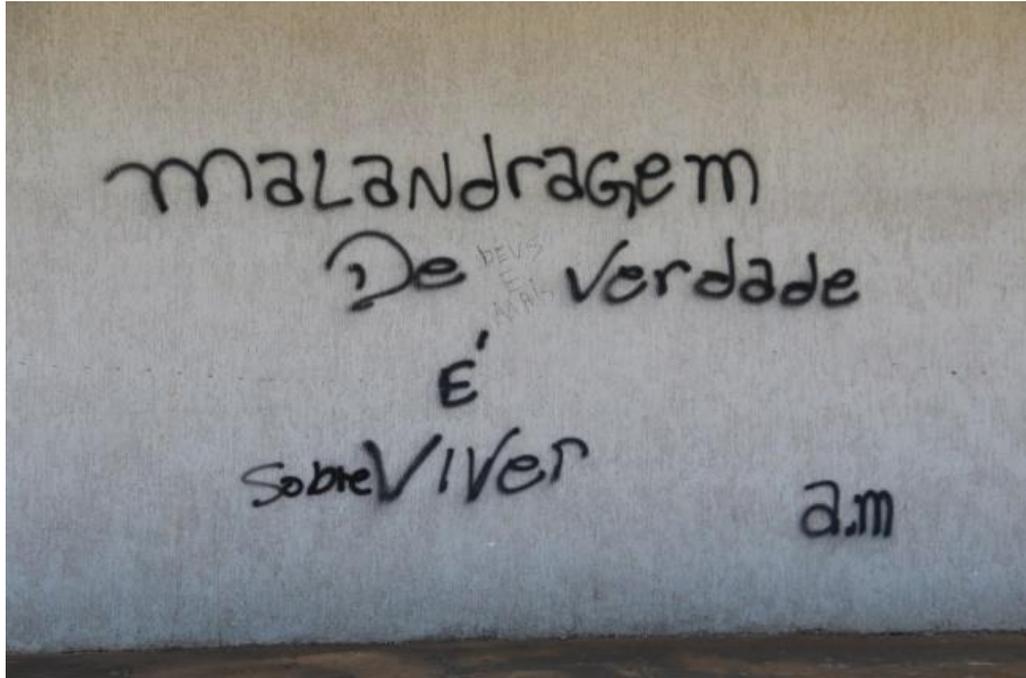
Figura 16 - Picho 21



Fonte: Ferreira (2018)

O mesmo cenário é retratado na Figura 17 - Picho 5: “Malandragem de verdade é sobre saber viver”, de A.M. Percebe-se aqui o mesmo agente pichador em locais diferentes da cidade, mas frases com significados complementares, que fazem uma relação com o rap do MC Filhote.

Figura 17 - Picho 05

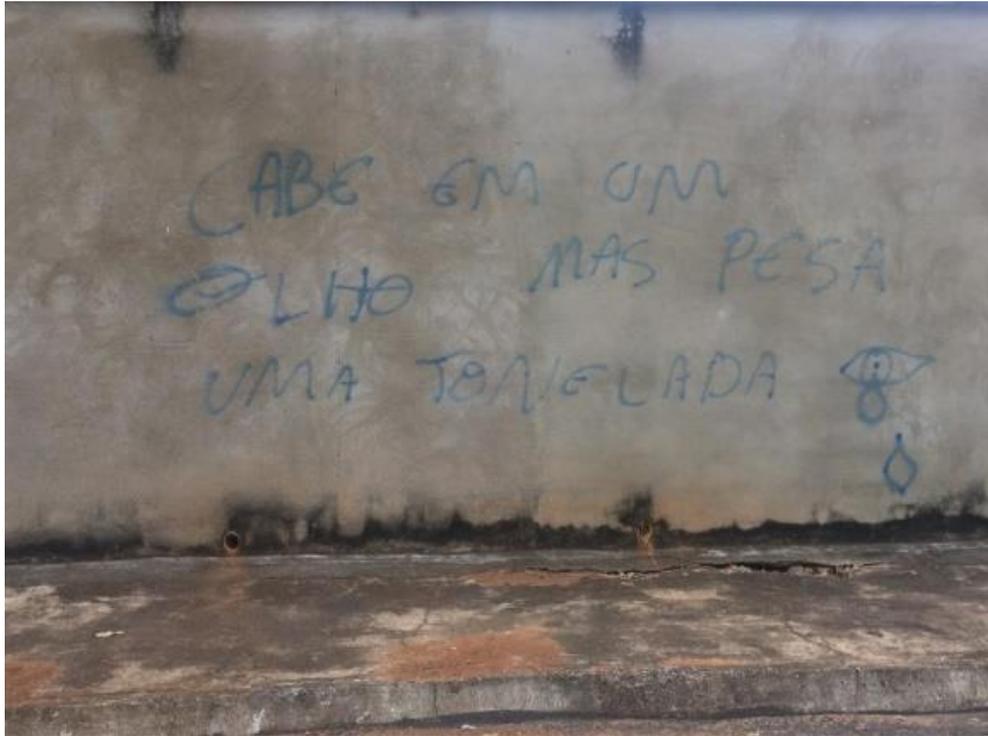


Fonte: Ferreira (2018)

O rap é um estilo musical oriundo do movimento cultural hip-hop, definido por Souza (2009, p. 142) como

um dos gêneros no qual podemos observar a brincadeira com a linguagem que sustenta um dizer que é autônomo, contestador, contra hegemônico e promotor de um conhecimento mobilizador. Mesmo quando um rap é lido, a sonoridade está presente de forma tão fundamental que é possível “ouví-lo”. A subversão da escrita por meio da oralização confere ao rap uma originalidade e autonomia perante a escrita escolarizada que mostra a inventividade e a agência de sujeitos que querem expressar as peculiaridades da vida marginalizada por meio de uma escrita também “marginal”.

Alguns desses raps marcam as paredes e muros da cidade por compartilhar o ideal do pichador de promover um discurso contestador e provocador, como se uma prática complementasse a outra. Juntas portam o mesmo objetivo: resistir. A Figura 18 - Picho 22, “Cabe em um olho mas pesa uma tonelada”, é um trecho do rap “Jesus chorou” dos Racionais Mc’s. A música trata do perfil de homem padronizado pela sociedade, que não pode chorar mesmo que a lágrima pese uma tonelada, mesmo que esse homem tenha sentimentos, eles não podem ser demonstrados, pois um estereótipo precisa ser mantido.

Figura 18 - Picho 22

Fonte: Ferreira (2018)

Souza (2009) retrata a influência do hip-hop no contexto social e cultural e sua riqueza na produção de letramentos. “O hip hop mostra-se como espaço de produção cultural e política em que uma série de práticas de uso social da linguagem são mobilizadas em função de suas necessidades” (p. 22). Tanto nos raps quanto nas pichações, os sujeitos estão utilizando a linguagem para uma prática social, resistindo, politizando e produzindo conhecimento, a fim de provocar seu público que não está só dentro da sua comunidade, mas também fora, por meio dos pichos distribuídos em pontos estratégicos na cidade.

Figura 19 - Picho 13

Fonte: Ferreira (2018)

A Figura 19 nos propõe uma leitura bastante explícita de uma realidade cotidiana de pequenas cidades e hábitos de sua comunidade, que aqui o autor do picho evidencia. Para Setton (2006), os nossos hábitos são como um sistema socialmente construído que produz todo o conteúdo sociocultural, os pensamentos, atividades habituais através da nossa socialização. É interessante destacar que no picho conseguimos exprimir, a partir da afirmação “muita mente pequena para muita boca grande”, o reflexo da falta de entendimento do mundo, das diferenças culturais e sociais que fazem parte das cidades, mesmo as pequenas. A “fofoca” e as conversas do cotidiano de um pequeno povoamento revelam, ainda hoje, a invasão da vida privada das pessoas e, com isso, as resistências surgem em busca da construção de muros e limites da vida dos indivíduos em todos os aspectos, desde a vida financeira, passando por questões de religião, gênero, dentre outras.

A vida cotidiana em pequenas, médias e grandes cidades, em pleno século XXI, ainda requer dos indivíduos uma capacidade do respeito às diferenças sociais. Principalmente, quando a vida privada das pessoas está em evidência, e, mais ainda, neste tempo em que nos tornamos a sociedade da informação, das redes, do fácil acesso à informação e também da desinformação, como é o caso da disseminação de *Fake News*. Com isso, os conflitos estão armados, colocando em evidência os desafios de viver em comunidades, em grupos coletivos que se respeitam e se entendem, mesmo diante das diferenças. O egocentrismo social que

constitui a sociedade contemporânea faz dos nossos espaços sociais um verdadeiro campo de batalha. Por isso, para muitos pichadores a crítica se constrói para um apontamento a partir de realidades diárias de uma cidade pequena, com “muitas pessoas de mente pequena”, o que conseqüentemente produzirá indivíduos que produzem ruídos e rumores sem pensar, logo, indivíduos de “boca grande”.

A Figura - 20 apresenta uma sabedoria existencial que corrobora com a crítica da Figura - 19, pois, ao evidenciar a “boca grande” como falta de sabedoria e compreensão da realidade, no picho 17, nós vemos “Escute antes de falar” como um bom conselho à mente pequena e “boca grande”. Esse picho remete ao capítulo 18 e versículo 13 do livro de provérbios da bíblia cristã, o qual adverte sobre o perfil do homem sábio que ouve antes de falar.

Figura 20 - Picho 17

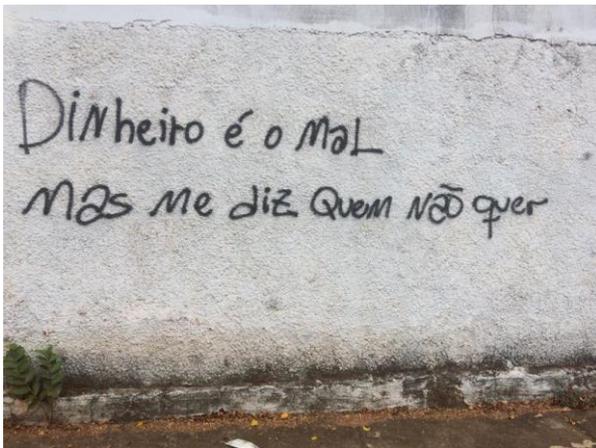
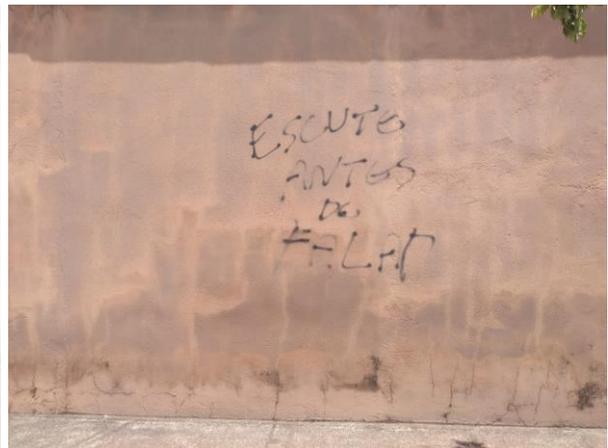


Figura 21 - Picho 7



Fonte: Ferreira (2018)

Outros textos com referências bíblicas também foram encontrados na cidade de Itapuranga (GO). A Figura 20 - Picho 17, “Dinheiro é o mal mas me diz quem não quer”, faz alusão à passagem bíblica de I Timóteo 6:10: “Porquanto, o amor ao dinheiro é a raiz de todos os males”. No meio evangélico há a cultura de que os indivíduos não podem ou não devem buscar investir na vida terrena, e que eles precisam investir no tesouro eterno. As escatologias escapistas, que negam os aspectos históricos, culturais, econômicos da vida social construíram comunidades evangélicas que acreditam que o dinheiro seria a raiz de todo mal.

Esses relatos nos evidenciam, contudo, um elemento central em todo o debate das ciências humanas atualmente, que é entender os conflitos e as diferentes relações da sociedade com o espaço público, com a vida privada, com a vida religiosa, sexual, política etc. E que são essas diferenças que nos formam como indivíduos, inconformados, egocêntricos, críticos,

existencialistas etc. As escritas urbanas têm o poder de criar um espaço de fala com intensas significações apesar de estar utilizando um pequeno espaço para tal prática. Elas incomodam, e por vários motivos, por não portarem uma escrita que atenda ao padrão gramatical normatizado da língua portuguesa e, em contrapartida, por ser tão complexa, com a capacidade de produção de significados que muitas vezes incomodam.

Figura 22 - Picho 10



Figura 23 - Picho 18



Fonte: Ferreira (2018)

Figura 22 - Picho 10 apresenta uma frase conhecida do escritor alemão Charles Bukowski: “Ela é louca, mas é mágica. Não há mentira no seu fogo”. A frase foi adaptada por esse pichador que escreveu: “Ela é louca mas é mágica ñ há mentira em seus sentimentos”. No mesmo segmento temos a Figura 23 - Picho 18, “O amor tem muitas vírgulas mais nunca um ponto final!” J.M. Um exemplo de picho com perfil romântico, declarações de amor, que são comuns na cidade.

Nos casos das figuras 22 e 23, que portam valor sentimental, mesmo que poético, a pichação ainda incomoda seus vizinhos. Lembrando que estamos falando de uma cidade interiorana onde as pessoas se conhecem, quando surge um picho com teor sentimental gera na vizinhança desconfianças. É uma declaração para algum morador da casa? Ou só um cara que quis poetizar no meu muro? A escrita marginal, que aparece na calada da noite quando ninguém vê, deixa incômodo por onde passa independente de qual seja sua voz, seu grito ou sua missão.

4.4 Pichações e resistência em Itapuranga (GO): uma ação política

Um perfil específico de pichações chamou a atenção da comunidade local: uma onda de pichações com discursos políticos foi espalhada estrategicamente pela cidade. Frases foram repetidas em diferentes locais, planejadas, com o objetivo de provocar reflexão a mais pessoas, conforme apresenta o Quadro 2, que equivale a 36% do total das pichações encontradas na cidade de Itapuranga (GO).

Quadro 2 - Grupo de pichos de denúncia social e senso crítico

Picho 2.	Pixa é crime e ser corrupto? A.M.
Picho 3.	Vejo seres humanos, mas não vejo humanidade. A.M.
Picho 6.	Então aqui é só bandido na contenção, aplausos plateia T.B.
Picho 7.	Independente da sua cor sempre o mesmo valor
Picho 8.	Liberdade
Picho 9.	Porcos Fardados
Picho 13.	Livros são perigosos eles fazem pensar, quantos que pensam? R.A.
Picho 14.	Lutem, lutem, mas conheçam a causa. Não 241. Bolsonaro 2018

Fonte: Ferreira (2018)

A Figura 24 foi o primeiro picho que causou “burburinho” entre os moradores. Com a tag A.M., o pichador escreveu em um ponto estratégico na cidade. O local escolhido foi o Centro Cultural Cora Coralina, local composto por um auditório, Fórum e uma praça, onde ocorre semanalmente a Feira da Lua, que recebe uma média de 500 (quinhentas) pessoas todas às sextas-feiras. O prédio é público e fica localizado no centro da cidade de Itapuranga (GO). É um local com fluxo populacional muito alto por vários motivos como: local de caminhada da população vizinha da área, localização da Feira da Lua que é uma atividade cultural expressiva na cidade de Itapuranga (GO) anualmente.

No Picho 2, visto na Figura 24, está escrita a seguinte frase: “PIXA É CRIME, E SER CORRUPTO? A.M”. Nele o principal questionamento não é sobre o ato de pichar, mas questiona a criminalização do ato, contra-argumentando com o que é um crime maior: a corrupção, o roubo. Trata-se de uma resposta à avaliação social e jurídica da pichação. Nos provoca, pois é uma pergunta ou uma questão-resposta? Pois demonstra que quem elabora as leis e decide o que é e o que não é crime está cometendo crimes, neste caso, a corrupção.

Figura 24 – Picho 2 – Ponto



Fonte: Ferreira (2019)

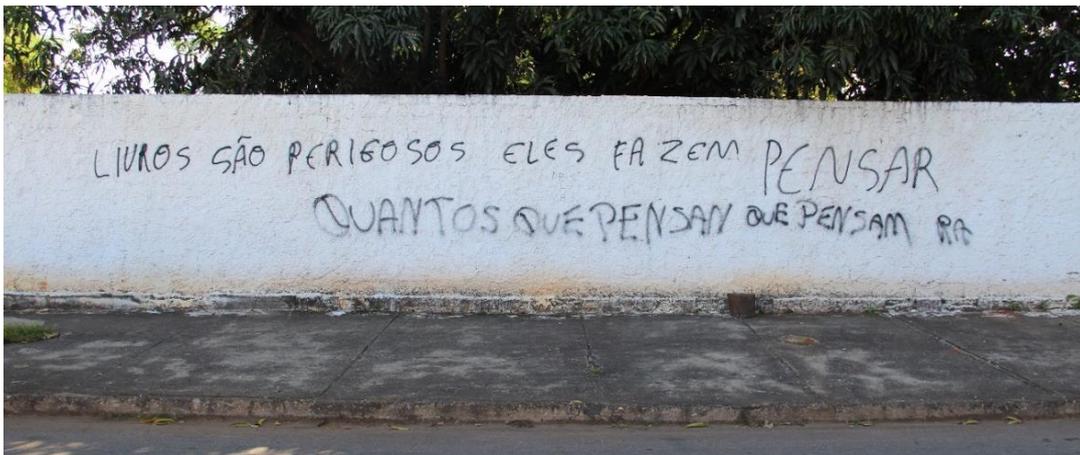
A frase acima nos permite notar a capacidade de reflexão com a escrita. A interlocução do A.M questiona sobre o sentido do que realmente é crime. Como já apresentado no Capítulo 2, pichar é um crime ambiental. Segundo o Artigo 65, da lei nº 9.605/98, se algum cidadão for pego praticando o picho, ele pode pegar de 3 meses a 1 ano de detenção e multa. Por outro lado, estamos em um momento delicado no Brasil no qual denúncias sobre corrupção em relação aos governantes do país estão sendo expostas pela mídia, mas a população não consegue ver justiça sendo efetivada com a mesma eficácia com que é feita no caso de pichadores, por exemplo. Esse discurso problematiza que há uma punição mais rigorosa em caso de pichação do que em casos de corrupção política.

Os atos de resistência continuam, mas o alvo aqui é a polícia, como podemos ver na Figura 25 - Picho 8: “Liberdade” e na Figura 26 - Picho 9: “Porcos fardado!”. O grupo de rap *Planet Hemp* lançou em 1995 uma música com o título *Porcos Fardados*, em que a letra critica o comportamento dos policiais em relação à comunidade trabalhadora que sofre com o olhar opressor e superior dos PMs que reforçam estereótipos: “na academia os ensinam como é o marginal padrão, é o favelado, é o paraíba, é o negão”. Os Pichos 8 e 9 são práticas explícitas de resistência e proliferam a mensagem do rap. Por meio deles encontram espaço para dizer o que pensam sem sofrer retaliação.

Figura 25 - Picho 8**Figura 26 - Picho 9**

Fonte: Ferreira (2018)

A escrita de resistência pode vir de forma violenta, nem sempre é agradável de ler por ter a intenção de impactar, provocar, agredir. É o grito de quem não tem espaço de voz. A Figura 27 - Picho 13, “Livros são perigosos eles fazem pensar Quantos que pensam que pensam” R.A, contribui com a discussão por estar localizado no muro do maior colégio estadual de ensino médio da cidade de Itapuranga (GO). O picho surgiu depois que começaram a articular um polo da escola militar nessa instituição.

Figura 27 - Picho 13

Fonte: Ferreira (2018)

Do outro lado do mesmo muro, temos a Figura 28 - Picho 14: “Lutem lutem mas conheçam a causa não 241”. O picho questiona a proposta da PEC 241, que propunha o contingenciamento de gastos públicos por 20 anos, e convida a população a conhecer a causa pela qual se deve lutar: conhecer a PEC, saber quais impactos a população brasileira sofreria

com a aprovação da proposta de emenda constitucional 241. O objetivo é conscientizar e despertar a comunidade itapuranguense que precisa ter conhecimento do que está acontecendo no cenário político e como a cidade pode sofrer com as consequências.

Figura 28 - Picho 14



Fonte: Ferreira (2018)

Ainda na Figura 28 - Picho 14, apresenta-se um picho que surgiu já na época das eleições para presidente em 2018, no qual pode-se ler “Bolsonaro 2018”. De caráter político partidário, foi pichado estrategicamente junto com o que já estava pichado e dispõe de uma discussão polêmica das decisões políticas. Considerando esse contexto, podemos identificar as práticas de letramentos presentes nos pichos, conforme julga Souza,

[...] esses espaços como lócus de prática de letramentos nas quais são desenvolvidas as relações sociais em que estão presentes as questões que fazem parte do cotidiano das pessoas, podendo então ser compreendido como o espaço em uso, no qual a ação social é produzida, em meio a relações de poder, intenções e conflitos dos diversos sujeitos que o integram (SOUZA, 2009, p. 40).

É preciso considerar que temos na Figura 28 dois pichos que propositalmente criam um conflito envolvendo os sujeitos leitores do picho. As práticas de letramentos produzem valores e ideologias e, nesse contexto, percebemos duas vozes intencionais que desenvolvem opiniões provocando a sociedade a pensar nos dois pontos ressaltados no muro, a votação da PEC 241 e a eleição de um candidato que apoia a proposta.

As pichações são conhecidas como instrumentos de denúncia social também por tocarem em assuntos referentes às exclusões sociais recorrentes no Brasil, “tomando por base elementos ideológicos e estéticos, os jovens não apenas instituem uma subcultura do desvio, mas uma verdadeira contracultura, colocada como crítica aos valores formais” (CARVALHO; MARIANI, 2017, p. 924). Percebemos esse contexto na Figura 29 - Picho 6, “Então aqui é só bandido na contenção aplalsos platéia” T.B.

O picho 6 é o único picho encontrado nas periferias da cidade de Itapuranga (GO). Passamos em todos os setores, encontramos pichações em pontos afastados do centro, porém estavam em avenidas principais. Dentro de um setor periférico, essa foi a única encontrada e seu conteúdo discursivo chama a atenção. Aqui, ouvimos o grito da voz que não aceita ser generalizada e desprezada, que busca por um lugar, por reconhecimento, valoriza sua comunidade e se revolta e grita, grita por dignidade, por respeito, pelo direito à justiça social e à cidade.

Figura 29 - Picho 6



Fonte: Ferreira (2018)

A segregação social, apontada nas pesquisas de Marins (2016) e Rezende (2017), possibilita ainda mais a análise da Figura 29. O pichador questiona o padrão social de leitura da periferia pela “plateia”, que olha para esses espaços como lugares da criminalidade, da violência, do tráfico. No entanto, para além dos questionamentos de classe propostos pelos

pichadores e as pesquisas citadas acima, González (1982, p. 15) acrescenta e intersecciona a ideia que esses espaços de segregação social têm cor, ao dizer que:

[...] o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala, às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZÁLEZ, 1982, p. 15).

Por isso, na Figura 30 - Picho 7 se apresenta uma crítica social ao racismo urbano institucionalizado brasileiro. Nela o pichador evidencia os conflitos que acontecem no cotidiano como resultado da hierarquização racial e, conseqüentemente, da divisão do espaço. Sabe-se que o racismo, como um fenômeno social, hierarquiza as relações sociais, políticas, educacionais, de trabalho etc. Ressalta-se, ainda, o entendimento que a raça é um,

[...] constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, [...] a raça continua ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social (SANTOS, 2012, p. 38).

Diante desses desafios, o pichador propõe descolonizar o “constructo social” que se tem em Itapuranga, ao discursar que “INDEPENDENTE DA SUA COR SEMPRE O MESMO VALOR”. Independentemente de sua classe social, raça, ou outra diferença, que são as bases sociais da população brasileira, temos o mesmo valor cultural. O que deve ser considerado, respeitado e no que se refere ao racismo reconsiderado, haja vista o processo histórico brasileiro de exploração, invisibilidade e imposição sobre a cultura negra.

Figura 30 - Picho 7



Fonte: Ferreira (2018)

Ao romper com o racismo urbano e institucionalizado proposto pelo picho 7 buscase descolonizar,

o racismo, [que] ao definir clivagens sociais e hierarquizar indivíduos e grupos a partir de seus pertencimentos raciais, se expressará na constituição de “lugares” (nos sentidos espacial e social) onde a presença dos desfavorecidos será majoritária (lugares da pobreza, da despossessão, da subalternidade) e lugares onde a sua presença será minoritária (lugares da riqueza, do poder, do saber socialmente legitimado, etc.): lugares com as marcas desta distinção social (SANTOS, 2010, p. 144).

O lugar de presença dos desfavorecidos, na sua maioria negros, como apresentado por Santos (2012) acima, se aplica ao questionamento das figuras 29 e 30, quando colocam os muros e as paredes pintadas para falar de sua leitura crítica de uma cultura ainda colonizada, da leitura racializada das instituições e da plateia. Para os sujeitos sociais nesses bairros, as marcas de distinção formam barreiras que separam os espaços, os privilégios e, conseqüentemente, o “direito à cidade”.

Portanto, o “direito à cidade” se constitui a partir dos letramentos de resistência, percebidos nesse grupo de ação política e denúncia social encontrado na pesquisa com uma boa parcela de pichos. Esses pichos questionam as realidades de uma cidade capitalista e desigual.

E, para os pichadores, a forma de resistir à imposição desse sistema estrutural imposto é pelos muros e paredes pintadas.

4.5 Pichações e conflitos sociais: a disputa por territórios e discursos

Outro grupo identificado com pichações na cidade de Itapuranga (GO) pertence a um fenômeno bastante antigo no Brasil, que são os conflitos de torcidas organizadas. As torcidas organizadas, em busca de demarcações por território, expressam a sua dominação e presença a partir dos pichos nas cidades brasileiras. No estado de Goiás existem diversas torcidas organizadas, mas as duas com maior expressividade que se apresentam nos espaços públicos e cidades da capital e interiores são a torcida do Goiás Futebol Clube (Força Jovem) e a do Vila Nova Futebol Clube (Torcida Esquadrão).

Ambas as torcidas têm registros de muitos conflitos ao longo de sua história de existência. Para além das escritas e pichos de demarcação de territórios, os conflitos físicos fazem parte do cotidiano das cidades goianas. Na cidade de Itapuranga (GO), essa realidade na última década tinha diminuído, até por conta das mudanças de estruturas sociais, rompimentos com alguns padrões culturais quanto ao futebol e outros, e os vestígios e registros tinham desaparecido. No entanto, no período de um ano, no qual os registros desta pesquisa foram desenvolvidos, ano de 2019, apareceram na paisagem urbana registros quanto à identificação dessas duas torcidas.

Assim, depois que começamos as visitas em campo, da primeira até a última visita, coletamos alguns registros expressando esses conflitos por domínio territorial por parte das torcidas organizadas. Conforme o Quadro 3, que enuncia letramentos e conteúdo de força, violência, domínio e demarcação por território, que equivale a 14% do total de pichações encontradas em Itapuranga (GO).

Quadro 3 - Grupo de pichos de torcidas organizadas

Picho 15.	FJG o Terror
Picho 16.	TEV REI. Sem pano pá moxe! Itapuranga (GO) interior tem dono!
Picho 20.	TEV . CÚ - FJG 38

Fonte: Ferreira (2018; 2019)

Interessante ressaltar mais uma vez que o poder, segundo Foucault (1988), se constitui nas relações sociais e que não se limita aos poderes governamentais e/ou de entidades. As torcidas organizadas, a partir de suas ideologias e perspectivas sociais, reproduzem e

circulam esses poderes por meio dos registros dissolvidos nas cidades que, em casos de violência física, não se limitam ao controle e à segurança de Estado. Itapuranga (GO), mesmo sendo uma cidade interiorana, tem esse fenômeno metropolitano registrado em suas paredes e muros representando como as redes urbanas hoje interligam as distintas realidades sociais.

Logo, os micropoderes de Foucault (1988) se reproduzem divididos em grupos distintos nos quais se constituem uma sociedade complexa, diferente, por isso o conservadorismo social homogeneiza muito a forma de ser ou o modelo de um padrão social a ser seguido, desrespeitando as diferenças, e é neste momento que os conflitos surgem. Só que não conseguimos mais fugir dessa realidade, pois eles estão aí, buscando seus territórios, mesmo que às vezes com força, violência, mas os grupos estão na cidade buscando ser ouvidos quando falam de suas realidades, dos seus contextos e mundos.

A Figura 31 - Picho 15 retrata como os registros de demarcação, a partir das siglas iniciais da Força Jovem (FJG), nos muros representam a conquista, o registro da formulação dos micropoderes e da demarcação. A mensagem desse picho diz: “o terror” que trata da força, do medo, do informativo de que estamos e fazemos parte deste espaço e território.

Figura 31 - Picho 15



Fonte: Ferreira (2019)

Mas há um elemento na Figura 31 que nos chama atenção ao descrever os conflitos sociais por trás das torcidas organizadas. Tem uma faixa vermelha riscada sobre a mensagem de demarcação e registro da força jovem. A cor vermelha é um dos símbolos da torcida

esquadrão. Até a cor, neste caso, sendo registrada nesse muro, representa as relações de poderes constituídos a partir dessa representação textual, desse letramento de demarcação por território.

O letramento para esses grupos representa muito mais que somente informação, comunicação quanto ao que está sendo descrito. Aqui as mensagens são de inteira imposição de polaridades que estão em busca de um lugar no território, na cidade e, neste caso, se utilizam do letramento para construir sua base de poder ou de micropoderes (FOCAULT, 1988).

Marcelo Lopez de Souza (2013) afirma que a constituição das lutas, conflitos e formação por territórios se faz a partir de polaridades e disputas nas quais forças opostas produzem um palco de luta. Os discursos registrados, a partir das torcidas organizadas em Itapuranga (GO), reproduzem o território das torcidas organizadas. A Figura 32 - Picho 16, feita ao lado do picho 15, apresenta a evidência de um grupo sobre o território, no caso a torcida esquadrão, descrevendo a sua soberania. Ao afirmar “TEV Rei – Sem Pano para móxe”, o grupo social “Esquadrão” informa que neste território não tem espaço para “Sapo”, “Frouxo”, atribuindo aos torcedores da “Força Jovem” essas características. Nesse fragmento podemos ressaltar o que Monte Mor (2013, p. 42) afirma que “a linguagem tem uma natureza política, em função das relações de poder nela presentes”. Para os pichadores, o escrito é um ato político ao demarcar seus territórios por meio da comunicação escrita.

Figura 32 - Picho 16



Fonte: Ferreira (2019)

O picho 16 expressa ainda que a cidade de “Itapuranga (GO) tem dono!”. Outro aspecto a destacar é o lugar dos pichos da torcida “Esquadrão” que são em pontos mais periféricos da cidade. O que remete à ideia de identificação de classes sociais conforme o tipo de torcida. Os pichos encontrados da “Força Jovem” foram encontrados em regiões mais centrais da cidade de Itapuranga (GO). Essa tese se fundamenta pensando na diferenciação e no direito à cidade feita nos estudos de Marins (2016) e Rezende (2017) que ressaltam a desigualdade na produção e reprodução do espaço urbano de Itapuranga (GO). Conseqüentemente, o território da cidade que é dominado, pichado, pela torcida “Força Jovem” representa sua região de domínio e de moradia do seu grupo social.

Na Figura 33 - Picho 20, a torcida “Força Jovem” expressa a sua leitura política e ideológica contra “TEV CÚ”. A identidade do grupo no caso é afirmada com a negação do outro. Nesse caso, a língua e o discurso constroem sentidos de representação de sujeitos e do mundo ao qual esses dois grupos de torcidas organizadas estão inseridos, além das classes sociais às quais pertencem, são *Anti-playboys*¹³. Não seria somente uma escolha por um time a

¹³ A pesquisa de Massom (2005) discrimina a diferença dos grupos sociais a partir das torcidas organizadas da Força Jovem identificadas como os *playboys* e a torcida Esquadrão os *anti-playboys*. Os *playboys* são aqueles que possuem maior poder aquisitivo, andam em carros importados etc. também é uma construção de estilo, pois muitos

torcer, mas sim a uma classe social ao qual pertence (MASSON, 2005). Retomando Jordão (2013, p. 73): “Os sentidos não são ‘dados’ por uma realidade independente do sujeito: eles são construídos na cultura, na sociedade, na língua”.

Figura 33 - Picho 20



Fonte: Ferreira (2019)

Nesse sentido, a escrita e os textos pichados por meio dos grupos de torcidas organizadas podem ser identificados como uma prática social de letramento, situada num certo campo sociopolítico. O “modelo ideológico de letramento” de Street (2006) nos fornece a base teórica para situar as práticas de escrita numa multiplicidade de letramentos e esse é um deles. Outro elemento seria a contextualização cultural como motor que influencia os sentidos, significados e usos das práticas de letramentos por parte das torcidas organizadas para a demarcação dos seus territórios, representando na sua essência relações de poder e ideologias.

membros desse grupo residem em bairros nobres da cidade, no caso da pesquisa feita em Goiânia. E para a cidade de Itapuranga é a mesma realidade.

SEÇÃO 5 - BOMB¹⁴: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando algumas questões colocadas na agenda desta pesquisa, reforçamos ainda mais, depois dos resultados apresentados, que o letramento de resistência pode ser considerado um evento social, no qual os sujeitos se utilizam, neste caso da escrita, por meio das pichações, para explicitar os seus contextos, disputas, conflitos em que os registros foram produzidos, evidenciando essas práticas como eventos de letramentos (KLEIMAN, 1995; STREET, 2006). Este trabalho ressalta um modo de escrita de grupos populares e marginalizados que corrobora com os históricos dos estudos sobre letramento, valorizando ainda mais as vertentes da crítica social.

Ao atentar para as vozes por meio dos pichos, notamos expressões que buscam dar importância a sua existência, suas necessidades, seus questionamentos políticos e de ação social. Identificamos vozes que ecoam como demarcação de território por parte de torcidas organizadas. As vozes lidas expressam em alguns momentos certos descontentamentos com o sistema político local e de outras esferas de poder institucionalizadas. Vozes que expressam leituras e críticas quanto ao processo de corrupção em contraponto à ilegalidade de pichar (Figura 24). Vozes que evidenciam a conquista da vida e dos sonhos rompendo algo imposto na hegemonia social capitalista, que é o medo de não alcançar e não conseguir os objetivos almejados por uma classe social e trabalhadora.

Neste caso, as pichações proporcionam visibilidade aos que se sentem invisibilizados, aos subalternos, pois, a partir desses eventos sociais, os sujeitos pichadores conquistam voz e comunicam. Tais sujeitos desarticulam no território opiniões públicas hegemônicas, que em muitos casos evidenciam a legitimidade da desigualdade social, de uma série de discursos que são dispositivos de poder (LUCAS; HOFF, 2007). Penso que os sujeitos pichadores, em sua maioria, ao proporem esse tipo de comunicação, buscam para além da desobediência social em pichar o direito de falar, o direito de questionar a justiça social.

A resistência, portanto, surge como a arte de desarticular o hegemônico, ela proporciona a busca por novas propostas e perspectivas de mundo mais assimétrico. Lembrando o que Lucas e Hoff (2007) defendem, numa arte da resistência, os agentes discursivos que propõem suas leituras de mundo geram fissuras na lógica dominante, e para muitos pichos, esse

¹⁴ “[...] são em geral letras desenhadas de modo relativamente rápido, arredondados com contorno, preenchimento e traços para simular volume [...]” (LASSALA, 2010, p. 40).

é o objetivo. Para Foucault (1995), há sempre nas relações sociais possibilidade de escape às determinações e imposições de poder, e o picho é uma delas. A Figura 29 é um exemplo do grito que está carregado de sentimentos a respeito do que é dito sobre quem mora nos bairros mais afastados do centro. As relações sociais e relações de poder discutidas por Foucault ecoaram em minha mente quando li esse picho, assim como o da Figura 24.

Em meio às investigações sobre a Odebrecht, delações premiadas, e prisões de líderes políticos surge essa pichação que me tirou do lugar. Logo, relacionei com a definição de letramento de Street (2007, p. 466) “o qual reconhece uma multiplicidade de letramentos; que o significado e os usos das práticas de letramento estão relacionados com contextos culturais específicos; e que essas práticas estão sempre associadas com relações de poder e ideologia: não são simplesmente tecnologias neutras”. Esse picho não é neutro, existem fatores motivacionais, mas também ideológicos: a leitura do contexto político que estávamos vivendo no Brasil naquele momento motivou o A.M a uma necessidade de gritar, de resistir, de questionar.

O contato com as pichações, com toda a produção semântica que está carregada, provocou em mim questionamentos quanto aos direitos que temos na cidade em que vivemos. Quem pode falar, escrever, pintar, dizer e, nas suas mais diversas formas, se expressar? Está evidente nas relações sociais e culturais quem tem direito à fala, ao espaço social, quem determina o que é arte e quem pode produzi-la. E o sujeito por trás do picho resiste, questiona.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Carolina da Silva. **Entre o autoral e a escrita coletiva**: identidades, discursos e performances nas piXações urbanas. 2017. 127f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. MG. Programa de Pós-Graduação em Letras. Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

BEHR, Niolas. **Beije-me** – Retratos de uma geração brasiliense. Ed. Pau Brasília: Brasília, 2009.

BOSI, Alfredo. **Narrativa e resistência**. ITINERÁRIOS–Revista de Literatura, 1996. Araraquara, nº10.

BOTO, Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis. Histórias, ideias e trajetórias da cultura escolar: um desafio metodológico. In: **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para pesquisa [S.l]: s.n., 2005.

BRAGANÇA, Marcela Langa Lacerda; BALTAR, Marcos Antônio Rocha. Novos estudos de letramento: conceitos, implicações metodológicas e silenciamentos. **Imagens da Educação**, v. 6, n. 1, p. 3-12, 2016.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; DE BRITO, Mozar José. **Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault**: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 7, n. 3, 2011.

CUSTODIO, Melina Aparecida. Documentário e pichação: a escrita na rua como produção multissemiótica. In: Rojo, Roxane Helena R.; Moura, Eduardo. (org.). **Multiletramentos na escola**. 1ed.São Paulo: Parábola Editorial, 2012, v. 1, p. 199-210.

DE OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares. **São Paulo e a ideologia higienista entre os séculos XIX e XX**: a utopia da civilidade. Sociologias, v. 15, n. 32, p. 210-235, 2013.

DE SOUZA, Lynn Mario T. Menezes. **Para uma redefinição de Letramento Crítico**: conflito e produção de significação. MACIEL, Ruberval Franco; ASSIS ARAUJO, Vanessa (org.). Formação de Professores de Línguas-Ampliando Perspectivas Jundiá: Paco Editorial, 2011.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34. **O que é a filosofia**, v. 2, 1992.

DUARTE, Pedro Russi. **As pichações**: paredes que falam. BRAGA, A. BORGES, L. FR AQUINO, MR (Org.). Angulações, provocações e cultura. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

DUTRA. H. **“Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”**. A arte urbana dos grafismos e sua relação com a cidade de São Paulo. 2018. 325f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Administração, 2018.

FABER, Paulo Roberto Tavares Junior. **Cartografias de um passeante urbano**: Processos de aprendizagem e resistência no espaço urbano. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional

em Educação e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas, Pelotas, 2014.

FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. A produção escrita e a reescrita: indícios significativos no processo de produção de textos. 244 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2007.

_____. **Pichações**: discursos de resistência conforme Foucault. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 33, n.2, p. 241-249, 2011.

FERNANDES, Natalia A. Morato. **O conceito de resistência em Benjamin e Adorno**. *Estudos de Sociologia*, v. 6, n. 10, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (ed.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução V. P. Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. O que é um autor. In: **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

_____. **Vigiar e punir**: História da violência nas prisões. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

FURTADO, Janaína R.; ZANELLA, Andréa Vieira. **Graffiti e Pichação**: Relações estéticas e intervenções urbanas. *Visualidades*, v. 7, n. 1, 2009.

GARTON, Alison; PRATT, Chris. **Learning to be literate: The development of spoken and written language**. Basil Blackwell, 1989.

GONÇALVES, Bruna Angélica et al. **Estado da arte de pesquisas sobre letramento no Brasil**: como são pesquisadas agências, eventos e práticas além da escola? 2018. 138f. Dissertação (Mestrado) Pós-graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, p. 87 – 106.1982.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11331651/artigo-65-da-lei-n-9605-de-12-de-fevereiro-de-1998>

JORDÃO, Clarissa Menezes. **As lentes do discurso**: letramento e criticidade no mundo digital. *Trabalhos em linguística aplicada*, v. 46, n. 1, p. 19-29, 2007

_____. **Abordagem comunicativa, pedagogia crítica e letramento crítico farinhas do mesmo saco**. *Língua estrangeira e formação cidadã: entre discursos e práticas*. Campinas: Pontes, p. 69-90, 2013.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, p. 15-61, 1995.

_____. **Avaliando a compreensão**: letramento e discursividade nos testes de leitura. *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, p. 209-225, 2003.

_____. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Campinas: Cefiel - Unicamp; MEC, 2005

LASSALA, Gustavo. **Pichação não é Pixação**. 1 ed. São Paulo: Altamira, 2010. 96 pp. ISBN 978-85-99518-11-3

LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Sostenes Cezar de et.al. **Identidade de velhos**: modos de identificação e discursos de resistência na velhice. *Domínios de Lingu@gem*, Uberlândia-MG. v. 10, n.3, jul./set, p. 903-926, 2016.

LOPES, Iveuta de Abreu. **Cenas de letramentos sociais**. 2004. 212 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2004.

LUCAS, L., HOFF, T. Resistência e emancipação social: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. XVI Encontro da Compós, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Curitiba (PR) junho de 2007. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1036_Resist%eancia%20e%20Emancipa%e7%e3o%20Social.pdf. Acesso dia 12 de dezembro de 2018.

MAGALHÃES, Izabel. Letramento, intertextualidade e prática social crítica. In: MAGALHÃES, Izabel (org.). **Discursos e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Mercado de Letras, 2012. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade). P. 17 – 68.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e Letramento. In: **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**: metrópoles brasileiras. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARINS, Carlos Eduardo de Oliveira. **A Segregação socioespacial no contexto de uma pequena cidade: O caso de Itapuranga (GO)**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás, Campus de Itapuranga (GO), 2016.

MARQUES, Eduardo. Estrutura social e segregação em São Paulo: transformações na década de 2000. **Revista Dados**, v. 57, n. 3, 2014.

MASSON, José Renato. **Pichadores de rua, territorialidades urbanas em conflito: territórios (in)visíveis de Goiânia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

MISKOLCI, Richard. **Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência**. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 3, p. 681, 2006.

MITTMANN, Daniel. **O sujeito pixador: tensões acerca da prática da pichação paulista**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Biociências de Rio Claro - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

MONTE MÓR, Walkyria. **Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares**. Língua Estrangeira e Formação Cidadã: por entre discursos e práticas. Campinas: Pontes Editora, p. 31-50, 2013.

NEUMANN, Eduardo. **Letra de índios: cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai**. Nhanduti, 2015.

PADILLA, Vinicius. **A pichação como fenômeno socioambiental na cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado) – 2013, 128f. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

PRADO FILHO, Kleber. **A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder**. Revista de Ciências Humanas, v. 51, n. 2, p. 311-327, 2017.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. **Grafite, pichação & cia**. Annablume, 1994.

_____. **Michel Foucault: uma história política da verdade**. Rio de Janeiro: Achiamé/Insular, 2006.

QUEIROZ, PDO. **O des-lugar da pichação: uma escrita de resistência**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

REZENDE, Daniel Mendonça. **Expansão urbana de Itapuranga (GO): uma análise da periferia nos eixos Leste e Oeste da Go (230)**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás, Campus de Itapuranga (GO), 2016.

ROJO, Roxane. Letramento escolar em três práticas: perspectivas para a multivocalidade. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 11, 2001.

SÁ, Juliane Nogueira de. **Fotografia e pichação: multiletramentos na educação básica**. Palimpsesto, Rio de Janeiro, n. 21, jul.-dez. 2015. p. 299-313. Disponível em:

<<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num21/dossie/Palimpsesto21dossie05.pdf>>. Acesso em: 15.09.2018. ISSN: 1809-3507.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. 2006.

SITO, Luanda Rejane Soares et al. **Escritas afirmativas: estratégias criativas para subverter a colonialidade em trajetórias de letramento acadêmico**. 2016.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Campinas, **Educ. Soc.** [online], 2002. p. 143-160.

SOUTO JÚNIOR, Elio Marques de. **O letramento crítico no ensino/aprendizagem de línguas na perspectiva dialógica**. Minicursos e oficinas, p. 92. 2014.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. 206f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP. 2009.

SOUSA, Katia Menezes de. **Das condições de possibilidade dos discursos em Michel Foucault: uma breve análise do presente**. (No prelo).

STREET, Brian; BAGNO, Marcos. **Perspectivas interculturais sobre o letramento**. Filologia e linguística portuguesa, n. 8, p. 465-488, 2006.

_____. **Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas**. Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 33-53, 2010.

_____. **Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática nos novos estudos do letramento**. Discursos e práticas de letramento. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 69-92, 2012.

_____. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação/ Brian V. Street; tradução Marcos Bagno**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **DELTA: documentação de estudos em linguística teórica e aplicada**, v. 29, n. 1, p. 29-58, 2013.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VENTURA, Rodrigo. Os paradoxos do conceito de resistência: do mesmo à diferença. **Estudos de psicanálise**, n. 32, p. 153-162, 2009.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p. 3-30.

VIEIRA, José Antunes. Práticas sociais de letramento e ensino crítico em língua portuguesa. In: **Práticas de análise do discurso**. Plano editora: Oficina Editorial do Instituto de Letras. UNB, p. 251-270, 2003.

VIEIRA, Josênia Antunes. **O uso do diário em pesquisa qualitativa**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 5. 2002. Disponível em:
<<http://seer.bce.unb.br/index.php/les/article/download/1348/1003>> Acesso em: 30 jul. 2019.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: WAR' J. (org.). **Contemporaneidade e educação**. Temas de História da Educação. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação, 2000. p. 93- 110.

ZAPPONE, Mirian HY. Modelos de letramento literário e ensino da literatura: problemas e perspectivas. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 11, n. 1, p. 46-60, 2008.